



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA/LICENCIATURA**

ANGÉLICA DA SILVA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST): CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

**FORTALEZA, CEARÁ
2021**

ANGÉLICA DA SILVA RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST): CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Geografia do Departamento de
Geografia da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial necessário à obtenção
do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Edivani
Silva Barbosa

FORTALEZA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R611e Rodrigues, Angélica da Silva.
Educação popular e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST): contribuição da geografia na luta pelo direito à cidade / Angélica da Silva Rodrigues. – 2020.
83 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Maria Edivani Silva Barbosa.
1. Cidade desigual. 2. Geografia. 3. Movimentos sociais (MTST). 4. Educação popular. I. Título.
CDD 910
-

ANGÉLICA DA SILVA RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST): CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Geografia do
Departamento de Geografia da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial necessário à obtenção do
título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Edivani Silva Barbosa
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará

Espec. Francisco Vladimir Lima da Silva
Rede Jubileu Sul Brasil

Aos que ousam sonhar e lutar por um mundo novo,
onde homens, mulheres e crianças possam bem viver.

Aos meus pais, Cecília e Raimundo.

AGRADECIMENTOS

A toda espiritualidade preexistente no mundo, que permite que tenhamos o primeiro contato com a solidariedade e afetividade pela vida na Terra.

A Cristo que foi o primeiro exemplo de revolucionário e militante social que tive, lutou pela justiça social, visando uma vida mais digna e menos desigual para os seus iguais.

Aos meus amados pais, Cecília e Raimundo, que sempre foram fonte de amor, afetividade e força para eu encarar os bons e os maus dias, minha mãe a mulher mais forte, sensível e extraordinária que eu conheço e meu pai que sempre foi sinal de ternura e afeto, agradeço por acreditarem em mim e me permitirem sonhar. A minha família, aos meus irmãos, serei eternamente grata por me apoiarem e me permitirem alçar voos inimagináveis para uma menina pobre do interior.

Aos professores do Departamento de Geografia que possibilitaram uma formação integral através do comprometimento e seriedade com a ciência geográfica e com o ensino, aos que semearam em mim a afirmação do meu compromisso social e a todo o quadro de funcionários que tanto contribuem para a efetivação do Curso de Geografia.

A minha orientadora Maria Edivani por ter me acolhido e colaborado para a efetivação deste trabalho. O seu compromisso, sensibilidade e seriedade com a educação me animam e inspiram.

A banca pelas contribuições para efetivação deste trabalho, Professor Amaro e Vladimir que contribuíram tanto para a minha formação pessoal e profissional. São exemplos de compromisso com os movimentos sociais e com a educação. Desse modo, sendo fundamentais para compor esta banca. Agradeço a sensibilidade e disposição sempre.

A todos e todas lutadoras sociais que ousam sonhar e lutar por uma sociedade mais fraterna e igualitária, em especial aos meus companheiros e companheiras do Movimento do Trabalhadores Sem Teto que me inspiraram na construção deste trabalho.

Aos educadores e educadoras que trabalham com a educação popular na busca de incentivar a autonomia e liberdade de homens, mulheres e crianças, e ao nosso principal professor Paulo Freire (*In memoria*).

Aos amigos e amigas que me permitiram uma vida construída através de sonhos

e muitos sorrisos, em especial ao Josivan, que esteve ao meu lado (mesmo que distante) neste período, pelas chamadas de vídeo tocando violão e ligações na tentativa de me ajudar a sorri para a vida (no meio de tanta tristeza), agradeço por me encorajar.

Aos meus amigos e amigas de graduação, em especial a minha turma 2017.1, vocês possibilitaram que esse caminho fosse encarado com mais ternura, afeto e muitas gargalhadas, em especial ao Leonardo e Malheiros. Ao meu amigo Daniel que desde a UECE permanece presente e sempre busca mostrar uma capacidade em mim que as vezes nem eu mesma enxergo.

A minha amiga e parceira de todas as horas, Vitória, serei eternamente grata pela sua existência, esse caminho se tornou suportável e terno porque você esteve e está ao meu lado. Agradeço pela amizade e afeto, por escutar as angústias e partilhar os sorrisos, estando comigo em todos os momentos possíveis.

A todos e todas que de alguma maneira contribuíram para a construção deste trabalho. Aos que atravessaram o meu caminho e aos que ainda vão atravessar me possibilitando ser e mudar continuamente. Eu agradeço.

*"Mais importante do que interpretar o mundo, é contribuir para transformá-lo."
(Karl Marx)*

RESUMO

Refletir a cidade sob a ótica da desigualdade requer que percebamos as dinâmicas e estruturas que a mantém e do mesmo modo pensar nas relações que os sujeitos constroem para sua manutenção e/ou transformação, seja na organização social, pela dimensão da educação ou na criação de estruturas que possibilitam a sua materialização. Deste modo o presente trabalho tem como objetivo analisar como a educação popular tendo o aporte na Geografia contribui na formação dos movimentos sociais urbanos com vistas a compreender a maneira pela qual essa articulação colabora na transformação dos territórios. Realizamos este trabalho a partir da pesquisa qualitativa que vislumbra trazer aporte teórico que debate as questões pontuadas e o tipo da pesquisa é participativa, onde, há a imersão do sujeito na pesquisa, dentro das possibilidades encaradas, como uma das formas de perceber a prática social abordando a discussão da integralidade da ação da pesquisa, trazendo o teor político no ato e na integração do pesquisador com os sujeitos, não como disparens sociais, mas como agentes que constroem conjuntamente o mesmo espaço. O trabalho apresenta ao longo dos capítulos as temáticas centrais da pesquisa a cidade, a educação popular e a Geografia alinhada na atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Com isso, feita as reflexões, completamos com a análise da percepção do Movimento sobre a importância do uso de conceitos geográficos, pensando em pedagogias libertadoras, para a efetivação das lutas territoriais na Cidade.

Palavras-chave: Cidade desigual; Geografia, movimentos sociais (MTST) e educação popular.

RESUMEN

Reflejar la ciudad bajo la óptica de la desigualdad requiere que percibamos las dinámicas y estructuras que la mantienen y del mismo modo pensar en las relaciones que los sujetos construyen para su mantenimiento y/o transformación, sea en la organización social, la dimensión de la educación o la creación de estructuras que permitan su materialización. De este modo el presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la educación popular teniendo el aporte en la Geografía contribuye en la formación de los movimientos sociales urbanos con vistas a comprender la manera en que esa articulación colabora en la transformación de los territorios. Realizamos este trabajo a partir de la investigación cualitativa que vislumbra traer aporte teórico que debate las cuestiones puntuadas y el tipo de investigación es participativa, donde, hay la inmersión del sujeto en la investigación, dentro de las posibilidades encaradas, como una de las formas de percibir la práctica social abordando la discusión de la integralidad de la acción de la investigación, trayendo el tenor político en el acto y en la integración del investigador con los sujetos, no como dispares sociales, sino como agentes que construyen conjuntamente el mismo espacio. El trabajo presenta a lo largo de los capítulos las temáticas centrales de la investigación la ciudad, la educación popular y la Geografía alineada en la actuación del Movimiento de los Trabajadores Sin Techo (MTST). Con eso, hecha las reflexiones, completamos con el análisis de la percepción del Movimiento sobre la importancia del uso de conceptos geográficos, pensando en pedagogías libertadoras, para la realización de las luchas territoriales en la Ciudad.

Palabras clave: Ciudad desigual; Geografía, movimientos sociales (MTST) y educación popular.

ABSTRACT

The city reflected from the point of view of inequality requires to understand the dynamics and structures maintained and think the same way about the relationships that the subjects build for their maintenance and/or transformation, whether in the social organization, by the education dimension or in the creation of structures that enable its materialization. The research aims to analyze how popular education with its collaboration to Geography contributes to the formation of urban social movements to understand the way in which this articulation contributes to the transformation of territories. The research is participant and the approach is qualitative, where, there is the immersion of the subject in the research, within the possibilities faced, as one way of perceive social practice and bring the discussion of the integrality of research action, the political content in the act and the integration of the researcher with the subjects, not as social dispare, but as agents who jointly build the same space. The work presents throughout the chapters the central themes of the research about the city, popular education and Geography aligned in the work of the Homeless Workers Movement (MTST). We concluded with the analysis of the perception of the Movement the importance of the use of geographic concepts, thinking of liberating pedagogies, for the accomplishment of the territorial struggles in the City.

Keywords: Unequal city; Geography, social movements (MTST) and popular education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PARA INÍCIO DE CONVERSA	15
3 O NASCIMENTO DA CIDADE DESIGUAL	22
3.1 Um olhar para o sul do globo	25
3.2 A expressão da desigualdade brasileira	27
3.3 Fortaleza e a manifestação da desigualdade	29
4 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A FORMAÇÃO POLÍTICA	34
4.1 MTST e a formação política	38
4.2 Educação popular e o olhar cidadão	57
4.3 Geografia e a contribuição na luta urbana	67
5 PARA NÃO CONCLUIR	80
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

A dimensão da transformação espacial da cidade através da ação e dinâmica de diversos movimentos sociais urbanos, nos insere a reflexão sobre a importância destes para a composição e (re)organização da cidade. Historicamente a cidade cria mecanismos de apagamento e exclusão desses grupos, e a organização social é uma das formas, destes, em sua maioria inseridos nas periferias da cidade, garantirem uma série de direitos que não são efetivados nessas regiões.

Para que haja a organização sistemática desses movimentos é necessário que os grupos que discutem as pautas da cidade, tenham estratégias de manutenção de seus movimentos através da criação de dinâmicas que potencializem as lutas e suas formações.

Nessa perspectiva, a educação é sem dúvida um dos métodos em que os grupos, rurais, urbanos ou em qualquer contexto de organização de resistência popular, utilizam para dimensionar suas lutas, formar seus integrantes e garantir através da educação, sobretudo popular, que esses sujeitos possam ter uma formação integral, pensando, evidente, a partir dos seus territórios, e das suas realidades.

A educação popular com a sua dimensão de trabalhar métodos que valorizem os saberes prévios desses povos nos possibilita discutir a sua importância na efetivação das diversas lutas e com a pretensão de entender como esses trabalhos se dão. Face a esse entendimento, fazemos os seguintes questionamentos: Como a articulação entre a educação popular e Geografia se efetiva no pensar e transformação do território? Quem contribui para inserção dessa modalidade de educação? Como a educação popular se dá de modo efetivo? Como podemos demonstrar exemplos práticos da sua ocorrência? A priori é necessário estudar os processos e entender como eles se encontram socialmente.

A educação de forma ampla promove a possibilidade de discutir as problemáticas sociais, com isso, o trabalho busca trazer reflexões das possíveis contribuições da disciplina de Geografia como forma de potencializar as discussões e auxiliarem nas formações políticas dos movimentos sociais urbanos.

A Geografia carrega no percurso de sua construção teórica-metodológica temáticas de discussões importantes para refletir o meio social, não apenas trazendo aspectos das relações entre a sociedade e o espaço, mas também de como esses sujeitos interagem entre si, tendo como produto dessas relações a transformação do meio. A formação cidadã que os conhecimentos geográficos trazem para os sujeitos, incluem a

dinâmica de discussão das relações humanas e são elas que fazem de fato as mudanças necessárias para o bem viver.

Dentro desta premissa, este trabalho tem como objetivo geral analisar a educação popular tendo o aporte da disciplina de Geografia como fomento à formação dos movimentos sociais urbanos com vistas a compreender a maneira pela qual essa articulação contribui na transformação dos territórios. Dessa maneira, pensar se e/ou como a educação popular contribui na articulação territorial de grupos historicamente excluídos da cidade. Com os objetivos específicos buscamos identificar os sujeitos ou grupos sociais envolvidos na luta por educação popular; demonstrar as formas em que essa modalidade ocorre identificando as metodologias de ensino e aprendizagem que são trabalhadas nesse processo, sobretudo que trabalhem os aspectos do território e do lugar e espaço geográfico. Obtendo tais impressões, discorrer acerca de como efetivamente se dá essa relação.

Este trabalho está organizado em 6 capítulos incluindo esta Introdução, que serão distribuídos conforme a construção da discussão acerca das temáticas centrais do trabalho desde o processo de idealização da cidade, caminhando pelos grupos que compõem o espaço urbano, diante as contradições. Posteriormente as discussões discorrerem sobre a temática de formação do público central da pesquisa, relacionando com a educação popular, finalizando com o capítulo estabelecendo a relação da geografia com a educação popular e a formação de movimentos sociais enfocando na contribuição do processo formativo.

No capítulo 2, intitulado Para Início de Conversa é expresso a contextualização da temática para demonstrar em quais pontos podemos averiguar a correlação entre as temáticas discorridas na pesquisa ao longo do tempo. Neste capítulo apresentamos os passos metodológicos do trabalho e as reflexões realizadas para a sua efetivação.

No capítulo 3, intitulado Cidade: o Nascimento Desigual buscamos enfatizar como o processo de crescimento e desenvolvimento das cidades, possibilita e contribui para as grandes desigualdades presentes na cidade, nele expomos uma síntese das variantes que configuram o amadurecimento dos espaços urbanos e como a configuração atual reforça a manutenção da sua atual composição desigual.

No capítulo 4, titulado Movimentos Sociais Urbanos e a Formação Política, correlacionando com a configuração da cidade, identificamos os principais agentes que constroem e transformam o espaço urbano, nele destacamos as diferentes funcionalidades dos indivíduos no espaço e como cada grupo age para gerar a atual

configuração. No subcapítulo demonstramos o público central da pesquisa, que é a atuação do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, nele buscamos mostrar como a atuação dessas organizações na contribuição para reordenar a cidade e atuar na garantia de direitos que não efetivamente executados.

No subcapítulo 4.2 denominado como Educação Popular e o Olhar Cidadino, trazemos a educação como uma das maneiras de transformação social, nele tecemos uma série de aspectos que demonstram a importância da educação como mediadora dos processos de mudança social, ela na sua dimensão epistemológica, modelos educacionais, metodologias de ensino, entre outros aspectos que tragam luz ao reconhecimento da educação como fator preponderante para as mudanças. Buscamos também acentuar a diversidade nas formas de aprender, tanto na educação formal quanto na informal, e por fim, destacar a educação popular como pilar importantíssimo na tarefa da formação de diversos movimentos sociais.

No subcapítulo intitulado Geografia e a Contribuição na Luta Urbana, trazemos a discussão da premissa de como a Geografia, detentora da discussão importantíssima sobre território e lugar trabalha e ampara as discussões sobre as desigualdades presentes na cidade, dentro da ótica da disciplina basilar para a discussão sobre o espaço e as ações humanas. Demonstrar discussões que a disciplina traz ao longo da sua constituição sobre as transformações do espaço por intermédio das organizações sociais e como ela, dentro do aspecto educacional, endossa a temática.

Nas Considerações Finais buscamos não finalizar o trabalho com conclusões e desfechos, o objetivo do trabalho não é responder de forma incisiva os aspectos aqui trabalhados, se não, para que serviria a ciência?!, mas para pontuar observações e impressões sobre o que foi estudado e demonstrado, buscando gerar ainda mais irresoluções para esse o questionamento, de como a educação popular pode através de sua ação aliado aos à concepção da Geografia, fomenta as lutas pelas transformações sociais, tendo em vista que a sociedade passa e sempre passará por mudanças, dado a cada contexto histórico, político, econômico, mas a partir dessas transmutações, perceber que a educação sempre terá uma papel preponderante nesse processo.

2 PARA INÍCIO DE CONVERSA

Algumas reflexões ao longo da trajetória acadêmica e da vida fazem com que os anseios acerca das discussões aqui levantadas sejam fomentados e percorridos. Quando trabalhamos a perspectiva da construção e dimensão da cidade, com pressuposto nas desigualdades, percebemos que ao longo do tempo, os diversos processos que a cidade foi e é submetida (como o progresso das indústrias, o desenvolvimento do meio técnico científico e informacional, o processo de urbanização, a valorização de espaços em detrimento de outros, a ação do Estado em espaços variantes da cidade, entre outros) trazem reflexos reais para a organização desta. Diante disso, os elementos que foram se constituindo através do tempo e do espaço na cidade, trouxe até nós uma gama de problemáticas que podemos perceber de forma atenuante nos mais diversos municípios que compõem o território nacional.

Esse processo de constituição da cidade para a sua atual conformação, não foi apenas vivenciado e assistido pelos sujeitos que a compõem, em sociedades desiguais, necessariamente, grupos humanos possuem mais poder nas decisões e seguimentos sociais em detrimento de outros, as transformações, mesmo que percebidas de forma tímida se deram por indivíduos que renegaram a história que lhes fora escrita. Na história brasileira podemos revelar diversas organizações sociais que em dados momentos históricos atuaram e puderam escrever uma nova versão de viver a cidade, o espaço e designar as novas gerações posteriores a importância da organização como manutenção do viver dignamente. Diversas conquistas de direitos vieram dessa base social organizada, vemos, portanto, a importância que elas exercem para escrever a cidade.

Perceber as desigualdades nunca foi tarefa apenas de pesquisadores, pensadores e intelectuais acadêmicos. Apesar da nossa crítica a ideia do que temos como pensadores nos dias atuais, “pensar” a cidade é uma árdua missão que os movimentos sociais urbanos já o fazem, esse olhar crítico é premissa para a composição e organização das lutas, e é através do olhar clínico sobre os reais problemas que a sociedade mais pobre atravessa que ratifica a sua importância na composição da cidade e sua relevância para as lutas para transformação desta.

Mas para que isso de fato ocorra de maneira consciente é necessário que esses grupos organizados estabeleçam uma própria política de atuação, que nela deve estar contida o processo de formação dos indivíduos mais atuantes e também da base que os

compõem, a formação que mencionamos não se dá de forma unilateral e nem de modo simples, precisamente, na academia criamos um ideal de formação, que é desenvolvida por uma pessoa quista, que abraça modelos tradicionais e instruem diversas práticas que são usualmente exercidas.

Pensar os modelos educacionais reconhecidos pelo Estado e pelas instituições (em sua maioria) que nos é colocado, é perceber que há historicamente padrões de uso de métodos de apreender, formas de pensar e ver a vida, que por vezes esses métodos de aprendizagem colocam em questionamento ou simplesmente abrem mão da importância e a legitimidade dos saberes populares, colocando-os como secundários ou menos importantes para a construção dos conhecimentos construídos, sendo que a prática e o agir social é uma das primeiras formas que utilizamos para ler o mundo, é essencial para reconhecimento do sujeito na sua realidade como agente histórico.

Deste modo, a educação popular traz uma importante contribuição histórica para os mais diversos movimentos que atuam para as transformações sociais. Nesse contexto educacional vemos o papel das diversas disciplinas que auxiliam a construção do conhecimento, a Geografia, que é um dos recortes da pesquisa, tem a função importantíssima de trabalhar o território, o lugar e o espaço geográfico nas suas premissas, traz consigo um papel que protagoniza a discussão para potencializar e possibilitar a emancipação dos grupos alvos.

A possibilidade de trazer como os elementos demonstrados constroem uma relação de relevância social fomenta a ideia de que a sociedade se faz de forma ampla e relacional, as atividades se dão de forma interligadas e servem de intermédio entre si.

Os caminhos que são traçados para efetivação de determinadas pesquisas possuem relação direta com os objetivos que são buscados e o alcance que é almejado para o público em geral. É importante mencionar que os métodos são variados, não há uma maneira mais correta de “fazer ciência”, ainda mais quando trabalhamos com a pesquisa social, tendo em vista os anos de polêmicas e questionamentos para a sua validação.

Durante muito tempo, houve disputa entre as duas concepções, cada qual querendo se impor e deslegitimar a outra. Nas últimas décadas, contudo, a rivalidade deu lugar à colaboração e à busca de uso casado ou, mesmo, simultâneo de técnicas qualitativas e quantitativas, admitindo-se que ambas contribuem, de maneiras diferentes, mas complementares, para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a perspectiva contemporânea dominante na sociologia é de conciliação e complementaridade entre as duas metodologias. (ALONSO, 2016, p. 8)

Quando o trabalho é efetivado com indivíduos que interagem socialmente, frente as mudanças constantes da sociedade temos muitos desafios a serem superados, mas que ao mesmo tempo há valorização da pesquisa com sujeitos que contribuem no fazer científico, podendo participar de forma mais crítica dos trabalhos acadêmicos, e também, podendo ter acesso aos trabalhos realizados, sob a ótica da organização desses grupos.

Angela Alonso (2016, p. 08) quando discute os métodos qualitativos na pesquisa social, sintetiza as dificuldades e anseios do trabalho com esse método.

Os que preferem as metodologias qualitativas apontam a dificuldade de isolar os fenômenos sociais para analisá-los, à maneira dos cientistas naturais com seus experimentos em laboratório. O “objeto” da investigação das ciências sociais são pessoas, capazes de alterar a sua conduta na presença do observador – seja para negacear informação, seja para arrumá-la da maneira que, julgam, irá satisfazê-lo. Ao contrário das ciências naturais, que estudam fenômenos com os quais se estabelece uma relação sujeito-objeto, a relação nas ciências sociais é sujeito-sujeito: o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos): as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos.

A abordagem da pesquisa se estabelece como qualitativa, onde é levantada uma série de reflexões acerca das relações das temáticas centrais. Na perspectiva de atender as expectativas do trabalho, o tipo da pesquisa é participativa, onde, é importante salientar a imersão da investigadora, dentro das possibilidades encaradas, como uma das formas de perceber a prática da ideia central abordada.

Para Moretti, 2011,

Ao contrário do método de pesquisa tradicional, em que a objetividade e a neutralidade eram a condição para ser reconhecido como científico, a pesquisa participativa acredita que podemos conhecer em profundidade alguma coisa da vida da sociedade, ou da cultura, quando o(a) pesquisador(a) se envolve e se compromete com o que investiga.

Gil (2002) apud Dalberio (2009, p. 171),

A pesquisa participante, por sua vez, envolve a distinção entre a ciência popular e ciência dominante. Assim, a pesquisa participante envolve posições valorativas e derivadas, sobretudo do humanismo cristão e de certas concepções marxistas. Prova disso é que essa modalidade de pesquisa suscita muita simpatia entre os grupos religiosos voltados para a ação comunitária. Os grupos religiosos têm se voltado também para a relação entre os grupos desfavorecidos socialmente, constituídos por operários, camponeses, índios etc.

É importante discutirmos a integralidade da ação da pesquisa, trazendo a noção do teor político no ato da pesquisa, e na integração do pesquisador com os sujeitos, não

como dispares sociais, mas como agentes que constroem conjuntamente o mesmo espaço, obviamente que os passos teóricos e metodológicos devem ser realizados de forma plena para a seriedade da pesquisa e que possa contribuir para as diversas realidades sociais, o meio acadêmico e também o trabalho formativo nos locais vistos como os "não oficiais" na construção dos conhecimentos.

Sobre essa discussão, Brandão (1999, p.5) comenta,

A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador.

Vemos que a discussão do método é convertida em reflexão ao uso social no que tange a prática tradicional da ciência, da educação, e dos saberes que foram normalizados ao longo do tempo. Buscamos evidenciar que as discussões devem ser realizadas de forma franca e coerente com os objetivos elucidados.

A reflexão gira de acordo com o que Brandão (1999) reflete, sobre a pesquisa servir a criação do saber, e o saber à interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão, podendo dimensionar a método como maneira de contribuir, indiretamente, para as discussões realizadas nos espaços pesquisados.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa trabalha em torno da pesquisa bibliográfica, na busca de aprender o referencial já construído e refletido sobre a pesquisa, buscando criar um banco de informações e ações que já foram desenvolvidas.

O trabalho será registrado através de anotações em documentos digitais, arquivo de documentos conseguidos para analisar a atuação dos grupos citados, como a cartilha utilizada pelo Movimento quando iniciado o processo do trabalho de base para as ocupações e formação da Coordenação. Sites do Movimento dos Trabalhadores Sem teto e do MEB e as redes sociais (Facebook e Instagram) foram utilizados como fonte de pesquisa. PDFs e reportagens de Jornais online também utilizados para a pesquisa quanto a atuação dos Grupos mencionados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturada com 9 militantes do MTST, que atuam nos Estados de Alagoas (1), Ceará (6), Pernambuco (1) e Sergipe (1). E 1 professor que atua no Movimento de Educação de Base que atua no Estado do Ceará,

além dos próprios militantes que são professores, cerca de 3, que responderam na sessão de militantes. Desenvolvem trabalhos com metodologias da educação popular, realizadas através de envio de questionários via e-mail para o público alvo, pensando nos desafios que surgem ao decorrer da pesquisa e nas adaptações necessárias para a sua efetivação. Todo o material adquirido foi arquivado juntamente com o conteúdo e material completo do trabalho em pastas organizadas.

Para discutir a cidade do capital como espaço de efetivação de desigualdades, trazemos autores que discutem epistemologicamente a cidade, acrescida pelos valores de modelos de cidades do capital, a pesquisa dialogo com autores, como Lefebvre (2008) que discute a cidade, a partir, dos processos de mudanças que serão expressos no espaço, mencionado os fatores ligados aos processos de industrialização e urbanização que impulsionam a abertura e expansão das cidades sob o viés do desenvolvimento urbano, trazendo a discussão do direito à cidade como ponto central da obra.

Discutimos a organização do espaço pautado na desigualdade, com textos de Harvey (2003), que contribui na discussão da integração da cidade, com base no processo de desenvolvimento no modo de produção capitalista, reforçando como o sistema que organiza os espaços e o seu desenvolvimento está relacionado com a conservação dessas estruturas sociais.

Ao abordamos a desigualdade da cidade, na perspectiva das relações dos sujeitos trazemos as contribuições de Lefebvre (2001) e, também, Milton Santos (2008) quando este discute as relações do pobre com o espaço na obra *A Natureza o Espaço*. Debate que está relacionado com a complexa construção da cidade acrescida com a dicotomia histórica das relações entre os sujeitos que a compõem.

Ao trabalharmos a desigualdade discutindo mais precisamente os países latino-americanos, o Brasil de maneira mais ampla, trazemos Gorelik (2003), que discute as especificidades de constituição das cidades latino-americanos, sob um contexto atípico as demais nações, influenciados por fatores políticos e que as percepções de construção de um imaginário popular, místico, estão relacionadas com a construção dessas cidades, dentro de suas singularidades.

As ponderações acerca da construção da desigualdade no espaço brasileiro dialogamos com Darcy Ribeiro (2015) dentro da dimensão da formação dos grupos que consolidaram a identidade nacional, pensando contextualmente como esses grupos contribuíram, de certa forma, para a estruturação do país, desde os primeiros passos como ideia de nação.

Roberto Lobato Corrêa (2000) nos ajuda a tecer ponderações acerca da sociedade construída com base nas classes dentro do espaço urbano, discutindo pontos no espaço que torna possível identificar modelos de sociedade capitalista e em como são centradas em desigualdades espaciais e de classes.

Quando trabalhamos mais precisamente os movimentos sociais urbanos, que são o foco central do trabalho, Roberto Lobato Corrêa (2000) é pautado para contribuir na demonstração da formação e histórico de construção destes grupos, onde explora a origem desses grupos e que está diretamente ligada aos modelos de sociais. Jacobi (1987) nos ajuda a compreender a constituição desses grupos dentro da lógica da desigualdade e histórico de exploração, no qual a crise traz a demanda e potencializa a existência desses grupos. Oliveira (1999) trabalha na linha do aparecimento dos grupos, traz o viés da luta pelos direitos para legitimar a existência, dentro de contextos sociais políticos autoritários.

Boulos (2012); Simões; Campos; Rud (2017) trazem a origem do MTST, juntamente com a sua atuação, como forma de relacionar com os autores anteriores acerca do histórico de lutas no espaço urbano e também reforçar como o processo de desigualdade, centrado no modelo de cidade atual, influem no aparecimento de diversos grupos de resistência urbana, sobretudo na atuação do MTST em diversas cidades brasileiras.

Freire (1980) e (2001) aparece para exprimir a discussão acerca da educação popular, ele com sua figura de maestria dentro da construção teórica e prática no campo educacional enriquece de maneira insubstituível a discussão, sendo a principal referência histórica que temos para discutir não apenas a educação popular, mas também o processo de formação políticos dos sujeitos, algumas de suas obras, ao longo dos capítulos que tratam de educação popular, serão abordadas.

Alguns artigos de autores são trabalhados para criar o diálogo entre a educação popular e os movimentos sociais, trazendo associações da importância desse método de ensino para a formação destes grupos. Batista (2005) analisa a contribuição da educação popular experienciada por movimentos sociais através da Pedagogia, onde abre para usualmente um olhar mais amplo na efetivação na relação direta entre ambas as temáticas, ainda na discussão dessas relações, Fernandes (2005) é mencionado com uma discussão mais direcionada com um leitura geográfica sobre os movimentos socioespaciais, tecendo a narrativa de ligação para os capítulos finais, que é direcionado

a discussão da geografia na contribuição da construção de uma educação libertadora para esses movimentos.

Para discutir a Geografia dentro de pautas educativas sob perspectiva da discussão da geografia crítica aos contextos dos sujeitos, trazemos o diálogo com Cavalcanti (1993) frente as reflexões do uso da geografia para o debate do meio social com a premissa nos objetivos educacionais, pautando a importância da Geografia para o debate da cidade e das realidades encaradas pelos grupos, de forma mais pontual na relação com os movimentos sociais urbanos.

A expectativa de que a ciência seja uma das formas de efetivar de fato um desenvolvimento social, de servir como um auxílio para as transformações de uma sociedade desigual, fazem acreditar que essa pesquisa, dentro da perspectiva científica traz um campo de possibilidades de dar subsídio a diversos pesquisadores e cientistas que tenham compromisso social de ampliar a pesquisa, com o trabalho educacional, a Geografia, o território e as organizações sociais. Dentro da lógica da elaboração de pesquisas que contribuem com o *status quor*, com a manutenção das relações da sociedade atual, essa pesquisa serve também na forma de contribuir na ampliação da pesquisa acadêmica acerca do que vem sendo desenvolvido por esses grupos socialmente excluídos.

Nessa mesma reflexão, pontuamos que o conhecimento também é uma das dimensões do poder, dentro contexto atual, dar visibilidade e espaço a demonstração do como a educação popular contribui na transformação social dentro de uma dinâmica complexa que são as lutas urbanas, efetiva a necessidade dessas discussões de forma ampla na sociedade, tendo em vista o não conhecimento de metodologias de ensino que trabalhem outras dimensões dos sujeitos,

De forma muito marcante as mudanças que ocorreram no Brasil nos últimos tempos, trouxeram a discussão do ensino de modo muito evidente, tanto pela classe política, quanto pela população em geral, e ainda está em curso. Os questionamentos sobre o ensino, a educação e a sua metodologia. Dentro de uma lógica de políticas públicas, a pauta da educação é sem dúvida uma das centralidades. A validade da diversidade do ensino, não deve ser vista como uma prerrogativa, mas como uma possibilidade de acesso ao conhecimento, portanto, esse trabalho possibilita também a discussão e possibilidades acerca de métodos de ensino que fortifiquem e auxiliem a esses grupos em suas organizações, e na garantia de autonomia e diversidade do povo.

3 O NASCIMENTO DA CIDADE DESIGUAL

Pensar a cidade sob a ótica da desigualdade é resgatar uma série de fatos e ações que culminaram para a sua configuração atual. Em princípio é importante reconhecermos que a cidade desde a sua formação exerce funções que possibilitam o seu reconhecimento, através das atribuições que são construídas histórica e espacialmente. Esse fato é importante para percebermos também que ela não é um espaço acabado, sem simbolismos, sendo apenas locus das ações humanas, é necessário reconhecer o peso histórico da sua construção, para que a leitura a ser realizada sobre esta seja leal e de forma mais aproximada da realidade.

A cidade local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu [...] nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos. (BENEVOLO, 1997, p. 23)

Nesse trecho do livro a História da Cidade, o autor demonstra que desde as primeiras noções que temos como ideia de cidade, nasce sob influências históricas e contextuais, não se dá, ela é espelho de modelos que são expressos socialmente, sejam eles econômicos, culturais, ideológicos. Sendo assim, vemos que a cidade estabelece a dicotomia histórica entre os sujeitos que se organizam nela, é preciso ressaltar que ao longo do tempo, as mudanças que foram possíveis serem observadas em seu seio, foram resultados de uma série de ações compartilhadas entre esses grupos, embora em dados momentos um possa sobrepujar em detrimento ao outro para efetivamente modificá-la.

Quando mencionamos que existe essa dicotomia histórica entre os sujeitos, ela está relacionada com a prática e função social destes, desde as primeiras civilizações, percebemos que o acúmulo, seja ele de produtos para consumo, de terras, reverbera na figura de poder na figuração da sociedade, não precisamente temos, então construída, uma ideia de cidade desenvolvida, mas a ideia de desigualdade nasce desse acúmulo primitivo. A desigualdade não nasce com a cidade, mas ela se manifesta espacialmente de forma nítida e mais atenuante, relacionada com o processo de industrialização e urbanização que caminham lado a lado para efetivar a cidade como a centralidade, seja econômica, de ordem ou influência na organização social.

Para apresentar e expor a problemática urbana, impõem-se um ponto de partida o processo de industrialização. Sem possibilidade de constatação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas

relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 11)

Lefebvre quando traz a discussão do urbano e da indústria no seu livro que discute o direito à cidade, deixa explicitado como fica evidente a relação das modificações do meio urbano, da cidade, com os dois processos, que são diferentes, complementares, mas que juntos contribuem para o que podemos identificar como a sociedade moderna, através dos efeitos que nela causam, completa, que “ainda que a urbanização e a problemática do urbano figuram entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações [...] acentuam de tal modo que se pode definir a sociedade moderna (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

O autor traz ricas contribuições para pensarmos o crescimento da cidade desigual a partir, também, desses vetores, que por si só não explicam a complexidade da constituição da cidade, mas que carregam grande responsabilidade para a efetivação do modelo atual que se tem conhecimento, torna-se nítida essa percepção quando analisamos o crescimento, olhando para a história, das principais metrópoles brasileiras, que são consolidadas e potencializadas por esses fenômenos sociais.

É importante destacar que não existe um modelo a ser seguido para olhar e identificar as diversas cidades do mundo, principalmente quando olhamos para cidades distintas do globo, seria um erro, mas é possível identificar similaridades durante o processo de produção, evidente, que ao analisar as cidades que expressam mais desigualdades, devemos contextualizá-las, desde a sua formação histórica até as relações que realizam no dias atuais, diversas mudanças puderam ser identificadas que podem pontuar indícios dos princípios desiguais existentes nelas.

Mais do que nunca analisar também as superestruturas que se apresentam nesse espaço torna-se uma forma de realizar a sua leitura, tendo em vista que a sociedade de forma geral, se forja dentro de um contexto e deve ser levado em conta toda a dinâmica que a compõe. Temos também a forte influência das instituições (igreja, escola, Estado) para o seu reconhecimento, não se pode ver e analisar o espaço da cidade sem apontar as forças que atuam sobre ele.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. [...] O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa

composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo.” (HARVEY, 2003, p. 74)

Como já mencionado a cidade é produto de ações sociais, Harvey (2003) traz a contribuição de integrar a cidade, a urbanização e seu desenvolvimento a evolução do modo de produção capitalista, percebemos assim, que as desigualdades também fazem parte desse processo de organização socioespacial. Vemos com a evolução das cidades, sobretudo em países latino-americanos, como são reforçados o arquétipo da cidade desigual que tem como aporte o modelo de sociedade capitalista, onde há o acúmulo, a concentração, em contrapartida, existirá o grupo que produzirá, mas não conseguirá usufruir nem das riquezas, nem dos direitos.

Outros importantes autores trazem a discussão da cidade pensando, a partir, da posição dos sujeitos como a sua relação dentro de modelos atuais de cidade, sabemos que a realidade é conviver com a desigualdade que é assegurada pelas instituições, por modelos econômicos, estrutura de explorações da mão de obra pobre, falta de acesso a seguridade social, a vulnerabilidade socioeconômica, falta de moradia digna, a listagem é extensa.

[...] As necessidades sociais têm fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho, e a do jogo, a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. (LEFEBVRE, 2008, p. 105)

Esse trecho é mencionado porque acreditamos que seja importante também trazer a humanidade nas relações, muitas vezes pontuamos os fenômenos que ocorrem socialmente banalizando as relações reais que os sujeitos encontram nessa cidade, e sem dúvida o direito à cidade inclui a discussão da sensibilidade e da dor real sentida ante as duras desigualdades encontradas no ambiente urbano, a carência do direito ao acesso a dignidade destrói expectativas, frustra o povo, e o sentimento de pertença é perdido, haja vista se houver insurreição social, que traz a paixão, motivada pela utopia, para a construção de novas alternativas sociais. E são os movimentos sociais, entre outros mecanismos, que acendem a chama da insurreição e da organização, fazendo o sujeito se perceber como parte importante de pensar a cidade, e, também, como trabalhar coletivamente traz mudanças reais para os seus contextos.

Santos, quando traz ainda a relação do pobre com a cidade em sua obra *A Natureza do Espaço*, nos possibilita trazer a discussão acerca da relação que podemos observar entre as classes mais abastadas com o espaço urbano, apesar dele se aprofundar em uma discussão da produção do espaço e da cidade complexa, podemos aqui estabelecer uma clara relação, entre a existência resistente da população pobre com a cidade, em grande parte e de maneiras diferente de globalização, mas ainda assim, trazer em sua configuração a influência do verso pobre dos componentes da cidade.

Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (SANTOS, 2008, p. 218)

Ambos os autores buscam acender também no pesquisador o olhar crítico na análise de fatos sociais, para que a pesquisa também seja parte do processo de responder a necessidade de mudanças, trazendo visibilidade aos sujeitos que com o seu dia a dia constroem, remodelam a cidade, transformam e são produtos e produtores da dinâmica da cidade do capital.

3.1 Olhando para o sul do globo

Quando fazemos o esforço ao pontuar o processo de produção das cidades, cabe mencionar, que é preciso elucidar os períodos históricos que impulsionaram expansões de diversas nações pelo mundo. Em consequência desse processo, especificamente, houve inúmeras influências de reorganização social em diversas partes do globo. Cabe destacar a forte expansão territorial de países europeus, durante o período de expansão territorial e comercial, para diversos “novos” territórios, em sua maioria situados hoje nos continentes africano e americano, podemos dizer que houve, de certa forma, uma ideia de “exportação” de modelos de estilo de organização e figuração que nesses territórios teve como consequência verdadeiros apagamentos culturais, motivados pela busca do poder exploratório, por parte dos países colonizadores.

Durante esse longo período de exploração, podemos perceber nos territórios latino-americanos, uma forte influência dos modelos exportados (motivados pela submissão) de países europeus, essas rugosidades podem ser expressas e percebidas através da arquitetura das cidades, nos modelos de organização, nas influências culturais e na própria língua, pode ser percebida a herança deste processo.

Mesmo com toda essa herança de influências em diversas áreas, as cidades latino-americanas, trazem dentro de sua própria narrativa expressões próprias de organização, que nasce, a partir, também, da resistência dos povos originários, que dentro dessa luta pela existência, conseguiram exprimir socialmente e culturalmente toda uma carga histórica da sua grandiosa produção socioespacial.

A “cidade latino-americana” não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao mesmo tempo e de modo inverso, que a “cidade latino-americana” existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. Durante períodos específicos da história, a ideia de “cidade latino-americana” funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região. (GORELIK, 2003, p 112)

É interessante como nesse trecho o autor reforça a ideia da construção e da singularidade das cidades latino-americanas, nesse artigo Gorelik, traz a construção e a discussão dos aspectos da urbanidade em países latino-americanos, é uma importante reflexão acerca das diversidades de percepções que observamos sobre a discussão do que torna as cidades latino-americanas possuírem aspectos históricos similares dentro de um aspecto da figura no imaginário popular e também estrutural, muito calcado na cultura, mas trazendo o contra ponto do aspecto cultural como algo inventado, mas sabemos que esse processo é complexo e envolve análise de diversas áreas do conhecimento, como a economia, sociologia, filosofia, história, demografia, entre outras.

Nas linhas anteriores é explicitado que as cidades latino-americanas foram e são constituídas com base em ações similares em determinados contextos históricos, como por exemplo, as cidades portuárias, que recebiam as mercadorias no período da expansão mercantil, como Salvador na Bahia, as vilas, e posteriores cidades, que regulavam o comércio regional, como é o caso de diversas cidades do interior do Ceará, para isso, é importante sempre relacionar modelos de cidade com o contexto no qual está inserido, para que não ocorra anacronismo, no presente trabalho é necessário ser elucidado que a percepção e reflexão que é trazida é da cidade do capital, a cidade moderna, que se consolida com o processo de urbanização ligado a industrialização, tendo as cidades latinas-americanas como referência de modelos de expressão da exploração e ampla desigualdade, mas especificamente as cidades brasileiras.

3.2 A expressão da desigualdade brasileira

No Brasil as desigualdades sociais são expressas das mais variadas formas, desde o período colonial ao processo de produção das cidades. A segregação se deu de modo obducto, é nítido como a população brasileira padece das ações dos acumuladores de bens desde os primeiros passos da (re)organização do território. O Brasil nasce da violência, da negação do seu povo, do apagamento histórico dos povos nativos e dos grupos que lutaram contra a exploração. Ao mesmo tempo em que temos uma força esmagadora atuando para acumular bens e explorar as classes abastardas, temos a existência de grupos que construíram diversas organizações sociais para combater a opressão advinda dos que detinham o poder.

Desde a independência, as elites brasileiras conceberam o Brasil como um espaço, e não com uma sociedade. E mais, como um espaço a ser conquistado, num movimento expansivo no qual as populações foram pensadas como mero instrumento desse processo. A própria construção do país foi, assim, alçada à condição de projeto nacional básico, que teria no Estado territorial (não nacional) seu principal condutor. As ideias de civilização, de modernização e, mais recentemente, de globalização, serviram para justificar em diferentes momentos o propósito enunciado. Essa é uma determinação histórica que acompanha a formação brasileira, sendo responsável por vários problemas que marcam profundamente nossa sociedade até a atualidade. (MORAES, 2005, p. 1)

Vale salientar que esses grupos resistentes tanto no campo quanto na cidade são oriundos de contextos sociais diversos. Nessa expressão temos os povos originários, a mão de obra escravizada advinda de diversos países africanos, temos também os emigrantes brancos não ricos vindos com as comitivas exploratórias e para povoamento, aqui pudemos mencionar alguns exemplos de grupos que iniciam a percepção de ideia de resistência de grupos contra a exploração no território brasileiro.

Essa unidade étnica básica não significa, porém, nenhuma uniformidade, mesmo porque atuaram sobre ela três forças diversificadoras. A ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses. (RIBEIRO, 2015, p. 09)

Darcy Ribeiro (2015) nos traz uma importante obra que menciona todo esse processo de formação dos grupos que, a partir daquele período, passaram a coexistir dentro do mesmo território, logicamente, que espacialmente teremos uma expressão e organização diferente pela representação de cada grupo. Com o desenvolvimento do país

em cada contexto histórico, haverá transformações de cunho socioeconômicos, políticos, econômicos e territoriais que influirão para que esses sujeitos se reorganizem e criem novas relações com o espaço.

Na mesma obra, Ribeiro pontua que houve importantes insurreições por parte de diversos grupos em descontentamento com o modelo de organização exploratório, no qual estavam submetidos a maioria da população, demonstrando que a passividade e o contentamento não foi necessariamente a narrativa central na história do país, nessa lógica, é demonstrado como é importante, reescrever/entender a história, sob a ótica dos explorados e não dos exploradores, ter uma visão originada dos “perdedores” pois foram estes que experienciaram as principais dinâmicas e são os que mais padecem com cidades extremamente desiguais.

Essa alternidade só se potencializou dinamicamente nas lutas seculares dos índios e dos negros contra a escravidão. Depois, somente nas raras instâncias em que o povo-massa de uma região se organiza na luta por um projeto próprio e alternativo de estruturação social, como ocorreu com os Cabanos, em Canudos, no Contestado e entre os Mucker. [...] Esse risco sempre presente é que explica a preocupação obsessiva que tiveram as classes dominantes pela manutenção da ordem. (RIBEIRO, 2015, p. 13-14)

Esse processo de reorganização social do espaço urbano brasileiro, decorrentes das mudanças que o País atravessa com a inserção de novas formas e fases de modelos socioeconômicos e políticos, influenciadas pelas mudanças do globo, nos traz a necessidade de dialogar, como de fato a cidade brasileira, condiciona a existência de grupos que contrapõem e estabelecem os conflitos mediante a dicotomia histórica da discrepância de formas de vida no espaço urbano.

Sobre a reflexão do refúgio urbano, e de como a cidade traz dentro da sua própria condição a existência dos contrapontos sociais, Henri Lefebvre, faz a seguinte afirmação:

A cidade atrai para si o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. O urbano, indiferente a cada diferença que ele contém, é considerado frequentemente como indiferença que se confunde com a da Natureza, com uma crueldade que lhe seria própria. Contudo, o urbano não é indiferença a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos. (LEFEBVRE, 1999b, p. 111 apud SILVA, 2010, p. 69)

Esses modelos, como já mencionado, condicionam a organização de uma sociedade de classes gerando, assim, condições para que a desigualdade e a concentração que estabelecem as principais caracterizações da cidade, centrada no modelo capitalista, com aspectos ideológicos liberais, que condicionam a disputa do direito à cidade. Quando nos voltamos para as principais cidades brasileiras, na atualidade, percebemos que os capitalistas, determinam os acessos e as transformações, na maioria das vezes, usando das relações que possuem com o Estado, para ordenar o espaço urbano.

Trazendo a contribuição de Roberto Lobato Corrêa, quando refletimos a sociedade de classes no espaço é importante entender que,

[...] a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 2000, p.30)

Quando refletimos a figura da cidade nesse contexto social vemos que haverá padrões, apesar das especificidades, que são percebidas no modelo da cidade do capital, padrões organizacionais, sobretudo na ordenação do espaço, que gerenciam a manutenção de vínculos dos sujeitos com a sua função na cidade, a continuidade, que é na verdade uma das premissas do capitalismo, a possibilidade e trabalho para a reprodução desses modos de vida e relações.

3.3 Fortaleza e a manifestação da desigualdade

Quando trazemos a reflexão das marcas históricas das desigualdades nas cidades afirmamos que ao longo da sua concepção, determinadas características e ordenações condicionaram para tais modelos. Que termina por influenciar as normas sociais e expressões desiguais que influenciam os sujeitos que vivem e interagem entre si e com o meio.

A Cidade de Fortaleza, é um exemplo de espaço que pode ser percebido essas marcas, traz na sua história a relação nítida dos fatores sócio-políticos e econômicos para a expressão das desigualdades atuais. A Cidade que nasce, a partir, do desenvolvimento de um espaço com função militar, no início do século XVII, que posteriormente vai se transformando em uma região de grandes relações comerciais por ser rota comercial de alguns Estados do Norte e Nordeste brasileiro.

O pequeno povoado tinha como função apoiar a passagem para os que vinham do Pará ou Maranhão em direção a Pernambuco. A cidade, nascida entre outros núcleos urbanos já desenvolvidos, terá que esperar mais de um século para se tornar um aglomerado populacional importante. (COSTA, 2014, p. 54-55)

Apesar da Cidade ter fortes relações históricas de ocupação e desenvolvimento com os fatores naturais, ela vai ao longo da sua história estabelecer características econômicas com os grupos que dominavam o comércio na época. Quando as atividades econômicas através do comércio se dão de forma mais intensa, a Cidade que na época, ainda vila, será expressão de um espaço pobre, mas que mais tarde seria vista com maior potencial de trabalho, devido ao fator locacional. Com a abertura dos portos possibilitou o aumento dos fluxos econômicos e sócios espaciais naquele espaço. Com isso, tem-se a necessidade de construção de infraestrutura dos grupos que começam a se estabelecer naquele espaço, Studart (1896, p. 483) apud Costa (2017) “Preocupados com o abastecimento da população local em 15.6.1809 determinou a construção de um mercado público.” E isso teve o Estado como agente preponderante para efetivação.

A partir disso, a Cidade passa por diversas modificações, motivadas por ações políticas e sociais, há uma reordenação do espaço, como a inserção de equipamentos para estruturação (praças, chafarizes, estradas, indústrias, comércio, entre outros) da cidade que agora, não mais é apenas refúgio para os marinheiros e navegadores, a pequena vila, passa a receber uma forte migração potencializada pela seca que assola o interiores. O Estado teve a função de pensar estratégias de contenção e estruturação dessa Cidade que está nascendo e se desenvolvendo.

As famílias ricas que viviam no Centro, na metade do século XX, passam a ocupar outras áreas da cidade, segundo Costa (2017) as famílias de maior poder aquisitivo começaram a se afastar do Centro. Na zona oeste da cidade, após o Cemitério São João Batista, próximo ao riacho Jacarecanga, surgiu o bairro Jacarecanga, onde se aglutinavam, em sobrados, representantes das burguesias comercial e agrária.

Enquanto a população mais vulnerável acrescenta,

Com as grandes secas e o agravamento da questão agrária, cresceram as migrações para Fortaleza. O Arraial Moura Brasil, bairro pobre, espremido entre os trilhos e à beira da praia, por detrás da Estação Ferroviária e do Cemitério S. João Batista, atraía estes migrantes. A população indigente se alojava em barracos em terrenos próximos à ferrovia, às indústrias, à zona de praia e às margens dos rios, áreas desprezadas pelos grupos sociais de maior poder aquisitivo. Surgiram as primeiras favelas – Cercado do Zé do Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Lagamar, 1933; Morro do Ouro, 1940; Varjota, 1945; Meireles, 1950; Papoquinho, 1950; Estrada de Ferro, 1954 (SILVA, 1978) apud (COSTA, 2017, p. 112)

É notado que a partir década de 70, essas modificações de locação dos sujeitos foram e vem se modificando até os dias atuais, mesmo as famílias que outrora estabeleceram-se no bairro Jacarecanga se dimensionam para outras zonas, na busca de distanciar-se das populações mais pobres e, também, escapar da poluição proveniente das fábricas. Vemos aqui, uma das origens do distanciamento e desigualdade de acesso da Cidade, tendo em vista que a infraestrutura sempre foi direcionada aos bairros que residiam a população rica, enquanto a política para os vulneráveis era a de contenção e um viés higienista.

Nos dias atuais percebemos que esse processo de segregação, foi, não apenas perpetuado, mas também potencializado frente aos novos contextos econômicos existentes na cidade. O Centro, sendo o âmago econômico, de serviços e comércio, os bairros próximos residenciais, direcionados aos que possuem maior renda, assim como a orla de Fortaleza. Enquanto mais afastado do Centro estão estabelecidos os pobres com pouco ou quase nenhum acesso a políticas de acesso de equipamentos públicos e com os piores índices que diz respeito a qualquer traço de qualidade de vida.

Fortaleza hoje, como Cidade expressa uma desigualdade descomunal, temos bairros com IDH de países desenvolvidos e em detrimento de outros que possuem índices que não parecem estar condicionados ao mesmo espaço. O modelo de Cidade do Capital centrada no acúmulo histórico e influência das fortes desigualdades de acesso dá condição para a população mais pobre, na realidade dos seus territórios reivindicarem por uma cidade menos desigual, que não vise apenas o lucro estrangeiro e engrandecimento do sistema capitalista.

Essas influências são percebidas em diversas áreas sociais. Fazendo uma reflexão, com a premissa a Cidade Fortaleza, de forma geral, se fizermos o exercício de imaginar que um trabalhador, que se desloca de determinados bairros, como os situados no Grande Bom Jardim ou na região da Messejana em direção ao Centro da Cidade, facilmente esse deslocamento gira em torno de cerca de duas horas. Nessa situação temos alguns fatores que contribuem para essa fragmentação.

No exemplo destacado, podemos pensar em fatores condicionantes para essa problemática da mobilidade urbana de Fortaleza, primeiro é o fator de que esses bairros periféricos se consolidaram devido a relocação da população da cidade, condicionada pela valorização de determinadas áreas próximas ao Centro da Cidade, influenciadas pelo mercado imobiliário (vemos aqui um importante agente na transformação do meio urbano) que ditam o perfil social de quem pode residir em determinadas áreas da cidade,

outra questão é o problema do transporte público coletivo, que não possibilita uma real mobilidade, frotas mínimas, super lotação que influencia e termina por limitar e dificultar o deslocamento para outras áreas melhores estruturadas dos postos de trabalhos.

Na situação citada, podemos descrever que quando determinados grupos que possuem maior influência na Cidade agem para operar padrões de modos de vida, que é propagada por gerações, até que haja insurreições que questionem esses modelos, mas a força que os grupos tem sobre o capital, ainda não pareceu ser o bastante para quebrar o sistema atual, pelo menos não de forma fragmentada.

Percebemos que no decorrer do tempo a cidade se torna um dos exemplos mais claros da ratificação das desigualdades sociais, fomentado pelo processo migratório (demonstração da crise que já estava instaurada no campo) a maioria das cidades brasileiras crescem sem planejamento, apoiada na instalação de indústrias e disposição de grandes centros comerciais, ela passa a ser destino e anseio para diversas pessoas, na qual na maioria das vezes passam a habitar esse espaço sem o mínimo de infraestrutura.

Os trabalhadores urbanos já viviam mal em cortiços, cômodos de aluguel e nas chamadas vilas operário, que eram conjuntos de casas que as empresas “ofereciam” aos empregados (que pagavam com parte do seu salário). (BOULOS, 2012, p. 25)

Nesse fragmento do livro “Por que ocupamos”, de autoria de Guilherme Boulos, podemos visualizar, a partir, da exemplificação também na cidade de São Paulo, como a maioria das cidades iniciaram sua organização, torna-se evidente que o processo de urbanização e crescimento das cidades se dão de modo diferentes, como já mencionado, o perfil da população urbana é fragmentada, diversos grupos compartilham o mesmo território, mas de formas distintas, os mais pobres serão expulsos cada vez para mais distantes dos centros urbanos e obrigados a viverem sob condições mínimas de sobrevivência, sem acessos nas periferias da cidade.

[...] Foram expulsos das melhores áreas, jogados em regiões sem estrutura e distantes do local de trabalho. A partir daí começou a se definir de modo claro a separação da cidade dos ricos com a cidade dos pobres. De um lado. Os bairros centrais, de outro a periferia.” (BOULOS, 2012, p. 28)

Pensando nisso, reforçamos que quando um território se organiza ao longo do tempo, pautado a partir das desigualdades, e os modelos de sociedade reforçam esse contraste, haverá contraposição popular como resposta a ausência de acesso dos mais pobres aos direitos sociais. Foi assim ao longo da estruturação da nação, as lutas indígenas pela não exploração da mão de obra, a luta abolicionista e contra escravista, as

inconfidências e revoltas populares, a organização camponesa pelo direito a terra e reforma agrária, as organizações femininas pelo direito ao voto e ao acesso a políticas de mulheres, no espaço urbano temos diversas pautas que impulsionam a organização popular, há diversas contradições na cidade que culminam na existência desses grupos, que ao longo do tempo estiverem resistentes na história, buscando o direito de sobreviver dignamente.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A FORMAÇÃO POLÍTICA

Temos, assim, posto um contexto que abriga diversos problemas sociais, como, a pobreza, o desemprego, saneamento básico precário, falta de infraestrutura, não acesso à educação e lazer, e um imenso problema habitacional, adicionado com contextos políticos de governos autoritários, questões que seriam resolutas com a reforma urbana, por exemplo, mas que são potencializadas pelo modelo de sociedade capitalista.

É importante mencionar que a luta urbana nasce no seio da cidade desigual e na falta de políticas urbanas. É preciso pontuar como nasce a atuação dos movimentos cidadãos. Sabemos que quando temos um quadro expresso de falta de acesso aos direitos básicos que não são garantidos pelo Estado, resta um setor da sociedade se organizar para realizar ações de cobrança para o viver digno dos mais vulneráveis. A luta pela reforma urbana nasce através de grupos sociais que discutem a cidade real e pensam que na prática é possível estreitar a grande segregação que existem nos núcleos urbanos, através da organização e da luta social.

Os movimentos sociais urbanos tem como origem as contradições específicas da problemática urbana, que são, de um lado, aquelas entre as necessidades coletivas de equipamentos como habitação, transporte, saúde, e cultura, e, ainda pensando em espaço, as contradições aparecem não apenas no suporte da habitação, mas também da localização relativa ao mercado de trabalho, e de outro lado, a lógica capitalista, que torna rentável a produção destes equipamentos pelo capital privado. A contradição entre o modo individual da apropriação das condições de vida e o coletivo de gestão é, por sua vez dificultada e pulverizada dos agentes econômicos, cujos interesses não se referem a todo o conjunto do espaço urbano. (CORRÊA, 2000, p. 44-45)

Portanto, quando reconhecemos a cidade a partir dos grupos que a compõem, verificamos que há uma série de ações que, estes, realizam que os identificam na cidade, dentre os agentes que compõem o espaço urbano, os movimentos sociais urbanos são de fato um grupo que exerce uma função necessária e vista de forma marginalizada nesse espaço. Ao mesmo tempo que esses grupos insurgem na sociedade há uma forte repressão por parte do Estado e, também, por boa parte da população que combate suas atuações, aqui temos pontuado como a ação desses grupos é pesada para os indivíduos que nele atuam tendo em vista ao combate integral a esses movimentos.

Segundo Freire (1980, p.29) “[...] em contradição dialética, os homens tomam posições contraditórias; alguns trabalham na manutenção das estruturas, e outros, em sua mudança.”. Neste livro, o autor trabalha a dimensão do processo de conscientização dos indivíduos e sociedade, mas podemos perceber que na verdade, quando os sujeitos se desvencilham da alienação e está crítico e ciente da sua realidade, tomam de forma natural

o combate as estruturas opressoras, que na percepção desta pesquisa, será questão percussora na luta dos movimentos que atuam no combate às desigualdades e injustiças sociais na cidade.

Numa análise geral, a existência de grupos que questionaram as dominações existentes na sociedade, sempre estiveram presentes na história, tendo em vista que os conflitos sempre existiram, sejam eles baseados em relações aos fatores econômicos, políticos, territoriais ou de poder. Mas é importante tornar nítido a existência destes grupos, com a pauta de luta voltada para a garantia de direitos no espaço urbano, tendo como percussor a organização da cidade urbana como condicionante das problemáticas que se apresentam espacialmente.

É importante ser mencionado que quando trabalhamos a cidade, dentro da realidade capitalista, a nossa reflexão parte das cidades latino-americanas, sobretudo as brasileiras, que passaram por períodos históricos sociopolíticos que influíram na narrativa de sua construção para a configuração atual nesses países, um caminho pautado na exploração, e envolvimento de sistemas econômicos, modelos políticos e ideológicos que contribuíram para a situação a presente.

Somado as questões políticas, as expressões da desigualdade e da falta de acesso potencializam as lutas e contribuem para a ascensão de diversos grupos que questionam o sistema atuante, mas nos países latino-americanos, trará questões próprias, relacionando com sua longa história de exploração.

Por outro lado, embora devam ser marcadas as diferenças com o contexto dos países capitalistas avançados, não se pode desconsiderar o fato de que a maioria dos movimentos urbanos na América Latina, e especificamente no Brasil, traduzem uma luta pela redistribuição dos meios de consumo coletivo. Tendo como base social uma população proletária ou proletarizada, estes movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Em sua grande maioria, os movimentos sociais urbanos estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas. Portanto, a ênfase na questão da crise urbana pertinente aos países capitalistas avançados não é adequada para explicar a realidade latino-americana que se configura enquanto uma característica endêmica das metrópoles. (JACOBI, 1987, p 21)

As discussões em torno dos movimentos sociais urbanos iniciam a partir da década de 1970, onde contextualmente, houve um crescente destes, no cenário sociopolítico brasileiro é importante ressaltar que nesse período, tanto o Brasil como diversos outros países latino-americanos atravessavam uma grande repressão por parte do Estado, centrado em regimes ditatoriais que estavam em curso naquele período.

No Brasil e na América Latina a reflexão em torno do tema se inicia, porém, a partir da década de 70, onde a crescente visibilidade dos movimentos sociais urbanos coincidem com o avanço dos regimes autoritários em diversos países latino-americanos. Representa um a linha de continuidade em tom o da temática iniciada pelos teóricos da marginalidade e da dependência, estudos que trouxeram à tona as especificidades do desenvolvimento latinoamericano, desenvolvendo um novo quadro teórico explicativo sobre o capitalismo periférico. (JACOBI, 1987, p 18)

Fomentada pela discussão da liberdade e na busca por direitos humanos, diversos movimentos urbanos surgem nas cidades brasileiras, a priori a busca pela efetivação dos direitos, que nem sequer eram garantidos naquele período e posteriormente as discussões tomam outras dimensões devido as demandas que a sociedade tinha na época, que além de políticos eram sociais. No mesmo período, houve diversas mobilizações populares trazendo como pautas centrais a luta dos direitos individuais, pela organização autônoma e democracia, mas também pelo acesso a políticas direcionadas a população, foram percebidas diversas mobilizações em bairros, em um nível comunitário.

Enquanto os analistas da marginalidade esperavam uma explosão dos "excluídos", foi a classe popular que se manifestou nos anos 70 e lutou para que a sociedade política a reconhecesse. É como parte desse sistema que reclamaram maior igualdade e mais participação. Isolados em seus bairros, os cidadãos enfrentaram o Estado como grupos de pressão fragmentados e que competiam pelos mesmos recursos. A unidade desses demandantes (que não podem ser qualificados como uma classe) é dada pelo Estado, que é ao mesmo tempo inimigo e legitimador. E sua força é dada por "cultura" própria na qual se preservou a rebeldia. (OLIVEIRA, 1999, p. 11)

Nas cidades as lutas se davam através de ações comunitárias, na luta por creches, melhor infraestrutura de centros de saúde, acesso a políticas básicas, existiam simultaneamente diversos grupos, espalhados, sobretudo, nas zonas onde a pobreza chegava com maior força, reforçando que as organizações são potencialidades pelos sistemas, ela faz parte do processo dessa dicotomia social, reforçando a ideia de que a pacifidade não era a única forma de encarar a realidade, sempre houve resistência.

Desde 1976, esses movimentos, que se multiplicaram, surgiram nos mais distantes bairros, com diferentes formas de organização. Eles são resultado da capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania, uma questão significativa que se coloca na prática política das classes populares. Ressaltamos que as primeiras formas de mobilização nascem da real necessidade dos moradores, que desenvolvem diversas formas de articulação. Os movimentos por creches e centros de saúde representaram, assim, um dado novo nas lutas populares por equipamentos de consumo coletivo. Por um lado, representaram uma transformação qualitativa do enfrentamento com o Estado e, por outro, trouxeram avanços com relação ao controle popular. (OLIVEIRA, 1999, p. 12)

Posteriormente é documentado que essas mobilizações sociais tomarão novas faces, diante a novos cenários e demandas. Nas décadas posteriores os tipos de organizações vão sendo redefinidos e ampliados, com o exemplo do fortalecimento dos sindicatos, que terão um forte poder de luta política e social na busca por direito da classe trabalhadora, demonstrando a força política que esse tipo de organização exerceu, Oliveira (1999), acrescenta “[...] projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores.”

Em um contexto pós-período de regime militar e na fase de redemocratização brasileira, alguns autores pontuam que houve sinais de crises nessas organizações, acredita-se que pelo forte impacto da repressão do Estado, sendo resquício da Ditadura, e, também, do ideal que a Constituição de 1988 asseguraria os direitos que foram duramente buscados naquele período. É certo que temos um novo contexto sendo posto para a realidade desses grupos, tanto no campo quanto na cidade.

Seguramente na década de 1990, mais precisamente no fim da década, temos grandes mobilizações sociais, como menciona Silva (1998) e Carvalho (1998) apud Oliveira (1999) há alguns registros de ações direcionais tendo como principais protagonistas os movimentos “os sem-terra rurais, flagelados da seca e operários grevistas foram às ruas protestar. Ao todo, maio de 1998, só em São Paulo, contou com 17 mobilizações [...]”. Mas são ações pontuais, contudo, temos o contexto de adesão de agentes da sociedade tendo participação de gestões participativas, que influencia também na desarticulação desses grupos, tendo em vista a instalação de políticas pontuais em diversas comunidades, fomentados também por políticas internacionais, com os incentivos.

As relações dos Movimentos sociais e o Estado se dão de maneira complexa e contextual, geralmente as insurreições ocorrem devido a fase de muita eucaristia e essa relação se torna mais acirrada e conflituosa em momentos de crises econômicas e/ou falta de políticas públicas, Silva (2007) pontua que a concentração urbana aliada às péssimas condições de vida do trabalhador nas cidades impelem-no à organização e mobilização social. Validando que o processo é uma resposta dos setores sociais contra a exploração do povo.

É válido mencionar que nesse mesmo período, o Brasil atravessava diversas reestruturações, no campo econômico, da política, organização espacial, impulsionado pela ampliação e abertura para o mercado internacional, um período marcado pela

crescida do processo de globalização, onde acerta, em cheio, diversos países latino-americanos, sobretudo, os então designados países do 2º mundo.

4.1 MTST e a Formação Política

De fato, quando tomamos nota o histórico da maioria dos movimentos dispostos na cidade, nos deparamos com questões relacionais. Em princípio o nascimento das organizações populares está relacionado a pautas emergenciais, como a moradia, a linha de ônibus, a creche, postos de saúde, e isso é percebido nos históricos de vários movimentos. Mas as lideranças que dimensionam as lutas trazem consigo o acúmulo de formação política relacionadas com outras lutas históricas, que são influenciadas por questões do viés teórico e prático em diversos contextos.

A presença dos diversos movimentos é percebida nos mais variados espaços que pensam e discutem a cidade (audiências públicas, atos políticos, ocupações urbanas, espaço de formação política, entre outros) que fortifica o importante papel que exercem e a contribuição na formação direta dos sujeitos que aderem à luta como forma da busca de liberdade e dignidade dos seus iguais. Em relação a isso, quando propomos que a organização social contribui para a formação desses indivíduos explicitamos que há premissas a serem verificadas.

No campo da atuação os movimentos sociais urbanos atuam de maneiras diversas, não há uma homogeneidade quanto a atuação, tendo em vista que mesmo dentro da cidade haverá divergências e estratégias variadas para a luta e resistência destes. Já foi experienciado através do diálogo entre as organizações, que o modo de luta de cada movimento, é relacionado com o histórico de nascimento das próprias lutas, quando falamos de movimentos que atuam numa cidade que apresenta a diversidade de demandas já mencionadas, estamos falando também em campos de atuação que varia de lugar para lugar.

Mesmo na cidade, é intrínseco que as pautas surgem dentro da lógica de cada território. Em uma mesma cidade, haverá possibilidade da existência de movimentos urbanos que lutam pelo acesso a água, pela demarcação de Área de Proteção Ambiental (APA), a proteção das dunas, pela efetivação do plano diretor, pelo criação e concretização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), construção de creches, instalação de semáforos e infraestrutura de estradas, aluguel social, moradia, entre outras pautas.

É importante elucidar que algumas dessas organizações atuam em escalas diferenciadas, muitas delas a nível de bairros, mas que trabalham efetivamente para a seguridade dos seus territórios, favorecendo, no ponto de vista da pesquisa, ações pontuais, mas que acabam não transformando de fato as normas sociais. É preciso que esses movimentos estabeleçam relações com outras signas para que haja um impacto maior na cidade e as lutam acabem se ampliando. Essas reflexões giram em torno de uma visão que se há uma adesão da classe como um todo a possibilidade de transformação é alcançada, supera o bairrismo e amplia para uma real mudança.

A formação faz parte da estratégia de lutas dos movimentos sociais, de forma geral. Quando trabalhamos com determinados movimentos podemos perceber através da organização metodologias que são apresentadas de acordo com os segmentos que cada organização constrói no decurso de sua constituição.

É visto que possuem uma diversidade das ações como, realização de assembleias com a comunidade, reuniões com os membros, criação de grupos com lideranças votadas coletivamente, trabalho de base na busca de levar a pauta política a um maior número de pessoas, pensando também na importância da adesão coletiva. A participação de audiências públicas referentes as pautas de cada localidade, comissões para dialogar com as câmaras locais, criação de comissões para organizar melhor as lutas, travamento de vias, realização de ocupações urbanas em terrenos, prédios abandonados na busca de incitar o poder público para garantir a vitória nas ações.

Voltando ao que foi mencionado anteriormente, as estratégias designam caminhos metodológicos a serem seguidos por esses grupos. Esta é uma das questões cruciais para assegurar que os passos serão dados de forma estratégica para a garantia de que as demandas sejam atendidas. A formação política desses grupos, por exemplo, deve ser realizada de modo que consigam ao mesmo tempo obter o conhecimento formal para entender o processo que os condenam a uma vida mal vivida e, ao mesmo tempo, possuir uma ampla visão de trabalho com a formação cidadã que trabalhe a autonomia dos militantes, tendo em vista que a maioria possui baixa escolaridade, em alguns casos a única proximidade que possuem com a educação formal escolar é assinar o primeiro nome.

O trabalho que possibilita a realização dessa prática educacional requer tempo e experimentações. Evidenciamos que o acúmulo de experiências dessas organizações anteriores traz algumas possibilidades, mas é no seio da realidade vivenciada que se criam novas experiências de lutas; é nítido que esses métodos possuem uma relação muito

próxima das palavras que nos deixa de herança Paulo Freire (1994, p. 35), em que nos diz que “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem vazio.”

De antemão, a experiência deste trabalho tem por base as vivências que o Movimento do Trabalhadores Sem Teto (MTST) construíram dentro de uma lógica de formação pautada na autonomia dos sujeitos, e na busca pelo direito à moradia digna e reforma urbana, centrados no direito à cidade.

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), tem sua origem relacionada com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), onde, no processo de luta e discussão pela reforma agrária em São Paulo, por volta de 1997, alguns membros da organização trazem a discussão para o âmbito da cidade, na busca de ampliar o alcance das lutas sociais brasileiras, assim, nasce com raiz na luta agrária, um dos maiores movimentos sociais urbanos da América Latina.

[...] Campinas é uma cidade com histórica atuação sindical, ou seja, a luta social está na memória viva da cidade, assim como há militantes e ativistas espalhados pelo território campineiro. Ao mesmo tempo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizava, à época, discussões internas sobre a importância da atuação urbana para efetivação da estratégia da Reforma Agrária. Um dos desdobramentos dessas discussões foi o destacamento de alguns militantes para construir um movimento social urbano a partir da luta por moradia. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017. p. 25)

Desde então, vemos a ampliação desse movimento para mais de 10 capitais brasileiras. A ampliação da luta também é uma maneira de assegurar que a organização tem a dimensão ampla de organização social em diversas localidades do território brasileiro, mas com essa expansão e adesão de alguns setores da sociedade se dar através de métodos organizativos, para que a luta pela moradia torna-se vetor também para potencializar a luta de classes.

Um olhar cuidadoso para a história do MTST mostra que o Movimento não é uma ferramenta estática de luta popular. Seu crescimento ao longo desses 20 anos só pode ser compreendido através de diversos fatores. Dentre eles, está a consolidação de uma metodologia de atuação articulando o trabalho de base e a dimensão territorial no espaço urbano. Além disso, é importante salientar a autonomia política da construção popular [...] essas pessoas não mudaram apenas suas vidas, mas contribuíram para a história da resistência urbana no país. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017. p. 45)

Nessas linhas os autores pontuam como a organização está dimensionada através de um viés político e ideológico que identifica e direciona suas lutas. Assim, vemos que o processo de formação política é fundado sob uma percepção de visão social, contra hegemônicos e pensando em outros modelos de cidade, questionar a normalidade e trazer

que há possibilidades de transformar a cidade em um espaço que consiga integrar socialmente os sujeitos, estreitar as grandes desigualdades e garantir qualidade de vida aos cidadãos, está entre as pautas analisadas.

Vemos que foi bastante comentado sobre a atuação desses movimentos numa lógica territorial mais pontual, o MTST é a exemplificação de uma luta urbana nacionalizada, que funciona territorialmente, mas que possui uma política de atuação nacional, basta ver os modelos de ocupações e nas abordagens metodológicas, são idênticas nos estados onde atuam, demonstra que a formação possibilita disciplina, coerência e eficiência nos métodos. Tanto é que nos últimos tempos se transformou é um dos maiores movimentos urbanos da América Latina.

O MTST chega no Ceará no ano de 2014 no contexto da Copa do Mundo, onde a Cidade de Fortaleza foi uma das sedes. Naquele período estava sendo realizado um amplo debate acerca da segregação na Cidade. A remoção de moradores das proximidades do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão), sobretudo os que viviam em barracos, nas comunidades mais pobres, aumentaram ainda mais o debate sobre o direito à cidade, a alegação de muitos moradores a época foi que o Estado quis passar uma boa impressão aos estrangeiros e tornar a Cidade mais “bonita” para os olhares externos. Obviamente que já havia diversas lutas urbanas atuando na Cidade, mas aqui traremos esta mais especificamente.

No contexto do acontecimento da Copa do Mundo, alguns militantes de São Paulo, que já mantinham relações com sujeitos que agiam no debate do direito a cidade em Fortaleza, constroem a estratégia de estabelecer um núcleo do Movimento no Ceará, tendo em vista os vários debates que vinham sendo construídos, aliados a efervescência da discussão do direito à cidade e o grande déficit habitacional de Fortaleza, foi realizada a primeira Ocupação Urbana pelo MTST em solo cearense.

A Ocupação denominada Copa do Povo, fazendo alusão ao contexto que a cidade atravessava, se coloca de pé na Grande Messejana, mais precisamente no bairro Jangurussu, foi a primeira ocupação realizada no Estado pelo Movimento. Desde lá o Movimento se fixa em no Ceará, realizando outras quatro Ocupações nos anos posteriores, tendo a do Grande Bom Jardim, em 2017, a maior já registrada no Estado com cerca da organização de mais de 6 mil famílias, com meses de ocupação

Mais de 1200 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupam, desde a madrugada do dia 21 de maio, um latifúndio urbano situado na região do Grande Bom Jardim, periferia de Fortaleza (CE). Além de reivindicar moradia digna, a iniciativa protesta contramedidas do presidente

interino Michel Temer, dentre elas o fim do programa 'Minha Casa Minha Dívida'. (BRASIL DE FATO, 2016)

Nas ocupações que pudemos acompanhar na Cidade de Fortaleza e, também, na Região Metropolitana, a de Maracanaú, pôde ser visto estratégias de formação desses grupos com os sujeitos que se somavam na luta pela moradia. A princípio é importante mencionar que o Movimento traz consigo algumas políticas de atuação, como a de não cobrança pela participação da luta em nenhuma maneira de beneficiar as lideranças, sendo passível a expulsão.

Figura 1 - Primeira noite da Ocupação 12 de Novembro, Fortaleza - CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2017

Figura 2 - Travamento de rua em Fortaleza – CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2019.

Figura 3 - Cozinha da Ocupação, espaço de socialização, Fortaleza - CE



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.

Figuras 4 e 5 - Cozinhando o almoço coletivo; Resistência Urbana. Fortaleza - CE



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.

Figura 6 - Levantando ocupação. Ocupação Povo Sem Medo, Fortaleza – CE.



Fonte Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.

O amplo debate da organização e manutenção da Ocupação termina que potencializando os próprios sujeitos gerirem as ocupações, como o cuidado com a alimentação coletiva, a limpeza e organização dos barracos, a participação ativa nas decisões coletivas, gerando assim uma solidariedade e responsabilidade coletiva.

Outras ações que verificamos foram na escolha das coordenações, que se davam através da escolha democrática através de assembleia gerais, que dessas assembleias era dividido o grupo maior em pequenos grupos, que assim, as coordenações mantinham uma relação de autonomia e gestão do território de forma mais próxima e facilitava no diálogo com os acampados.

As coordenações de cada grupo se reuniam semanalmente para discutir as demandas da Ocupação, o avanço nas negociações com o Estado, os desafios encontrados na organicidade, as dificuldades de manutenção, e eram também nesses momentos que haviam formações mais diretas com esses sujeitos, que se davam através de leituras de cartilhas sobre as políticas adotadas pelo Movimento, discussões acerca do território e do por que eles estavam lutando, a importância da organização territorial e do Movimento para as mudanças na Cidade, além de aliar com a política nacional do Movimento.

Figura 7 - Assembleia Geral da Ocupação Povo Sem Medo, Bom Jardim, Fortaleza-CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.

Figura 8 - Assembleia de Núcleo, bairro Messejana, Fortaleza – CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2015.

Figura 9 - Assembleia Geral, Ocupação Bandeira Vermelha, Maracanaú - CE



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2015.

Figura 10 - Luta nas ruas de Fortaleza – CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2017.

Como a origem do Movimento têm muita relação com outras diversas lutas sociais, há a associação com a Educação Popular, a mística estabelecida no compromisso social é gerada quase que de forma natural, tendo em vista o acúmulo formativo que os sujeitos construíram desde a fundação do Movimento, a solidariedade entre os pares e construção da percepção da importância histórica de cada sujeito, que através da luta pela sua moradia poderiam também estar contribuindo com um a luta coletiva de mudança em relação a políticas públicas urbanas e da sua própria realidade.

Figura 11 - Fortificando a mística coletiva e o compromisso na luta na reunião de núcleo, Fortaleza – CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2016.

A formação desses grupos então torna-se ponto central da Organização, para isso, é preciso que seja percebido que a construção do diálogo seja horizontal, pautado nas lutas populares, na formação cidadã e que a inserção dos direitos humanos esteja presente na discussão da cidade, além dos conhecimentos já trazidos pela classe dominante. Para o combate é necessário se apoderar dos discursos e transformá-los em pautas das lutas diárias.

Pensando nisto, foram realizados questionários com a representação de 9 lideranças militantes do MTST que são parte central no debate e construção dessas ocupações e formas de luta em 4 Estados brasileiros. Nesse grupo temos representantes do Estado do Ceará (6), Pernambuco (1), Alagoas (1) e Sergipe (1). Nas perguntas

direcionamos para cada participante explicitar a relação com o Movimento, como se aproximou e como se dá atuação no MTST, dimensionado na função que cada um coloca que exerce no processo da luta. Também buscando trazer a forma de atuação na cidade, baseado na política de atuação nos espaços, direcionamos questões sobre como pensam a cidade, baseado no acúmulo e visão que o Movimento tem sobre a desigualdade percebida. Foi orientado questões na dimensão do trabalho formativo e relação com a Educação Popular e, por fim, pedimos que pontuassem a importância dos 3 conceitos básicos na Geografia na contribuição das lutas, que foram o conceito de lugar, território e Espaço geográfico que serão explicitados no capítulo 6.

Sobre como se deu a relação e de como atuam no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os participantes afirmam:

Militante 1, S. Militante alagoana do Movimento.

“Coordenação nacional, desde 2015, mas já atuava a 20 anos em defesa da cidades.”

Militante 2, M. Cearense,

“Me aproximei do MTST através da PJ (pastoral da juventude) estou militando no movimento a 6 anos. Na ocupação atuava na secretaria do movimento (presenças, cadastros e etc) e hoje estou no coletivo de mulheres do movimento.”

Militante 3, O. 26 anos, desempregado, Ensino Superior Completo, Morador de um conjunto conquistado pela luta do Movimento, cearense.

“Militante a 6 anos, componho a coord. estadual.”

Militante 4, R. 36 anos, assistente social, militante pernambucano,

“5 anos de movimento/trabalho comunitário, organização, comunicação e coordenação nacional.”

Militante 5, N. 33 anos, mestre em Letras

“Milito no MTST desde a fundação do movimento aqui no Ceará, no momento estou afastado das funções de coordenação, compondo a base do movimento.”

Militante 6, C, professor, militante cearense,

“Atuo no MTST desde 2015. Nas ocupações já tive diversas funções, que vão desde articular doações com aliados, sindicatos e parlamentares, até a organização interna do acampamento e também na apresentação e formação política do movimento.”

Militante 7, F. fez até o 7º semestre de Direito, coordenação nacional,

“Um dos fundadores do Movimento no Ceará.”

Militante 8, D. graduando em Filosofia, Coordenação Nacional, cearense.

“Faço parte do MTST desde 2011, mas já tinha relações com movimento por conta da construção da Frente Nacional Resistência Urbana. Nas tarefas diárias do MTST faço varia funções, reunião de núcleo, assembléia com os acampados, articulação com outros movimentos e parceiros.”

Militante 9, G. 33 anos, sergipana, Advogada popular, Coordenação Nacional)

“Conselheira seccional e vice presidente da comissão de direitos sociais do trabalho da OAB/SE, faço parte da Executiva Nacional da Associação de Juristas pela democracia e dedico a maior parte do meu tempo no exercício das atividades de Advogada popular e Coordenadora Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, também ajudo na construção de uma casa de acolhimento para LGBTQI+ (Casamor), onde fui por 3 anos Vice

presidenta. componho no Congresso Nacional a Frente Parlamentar pela Reforma Urbana e a Frente internacional de Resistência Urbana (FRU). Na real sou pau pra td obra nas ocupacoes, ajudo nas tarefas organizavas, cozinha, juventude, mulheres, tudo ...ha 4 anos”

As primeiras duas questões do questionário eram de cunho pessoal, que diz respeito a atuação e relação com o Movimento. Na terceira questão direcionada pedimos para os entrevistados comentarem se veem associações com o nascimento desigual da cidade com a segregação que é apresentada nos dias atuais, seguem as impressões dos participantes:

“Não, desde que estas entidades atuem em defesa das cidades e do povo, não seja curá-lo eleitoral de quem faz a política do toma lá da ca.” (Militante 1, E.)

Para a primeira participante é interesse de como ela pontua que percebe questões eleitorais como questões caras de pensar a cidade e os interesses que são dimensionados sobre o peso político nas relações da Cidade.

“Sim.”

(Militante 2, M)

“Sim.”

(Militante 3, O.)

“Sim, essa desigualdade é estrutural e tem causas históricas.”

(Militante 4, R.)

“Sim.” (Militante 5, N)

“Considero que sim. A formação social do Brasil se dá pela ampla negação de direitos básicos as populações pobres. Haja vista que após a abolição as populações escravizadas foram obrigatoriamente a condições de vidas precárias, formando as favelas e periferias desse país.” (Militante 6, C.)

“Fortaleza é uma cidade que cresce com a fome, no inicio do século passado tinha 20mil habitantes e pulou derrapante para 130mil, teve a chegada 110mil restaurantes da seca. Nasce da segregação e de uma desigualdade que só cresce ao logo dos anos.” (Militante 7, F.)

“Sim, a desigualdade econômica e social é o principal motivo da divisão das cidades em duas, a dos ricos e a dos pobres. Isso tem como motivo problemas históricos, no caso do Brasil vem desde a invasão europeia até nossos dias.” (Militante 8, D.)

“sim, sem dúvidas, a cidade é construída para manter o padrão de segregação, uma cidade que serve as coisas e ao capital financeiro e nao as pessoas.” (Militante 9, G.)

Sobre a questão levantada da relação entre o processo de origem e desenvolvimento da cidade com a segregação nos dias atuais, 8 dos 9 entrevistados acreditam que há uma relação direta no processo estruturante da cidade com as desigualdades percebidas nos territórios.

A 4º questão trata sobre a percepção dos participantes acerca no que acreditam que contribui para a conservação de modelos desiguais de cidade, sobre essa questão temos as seguintes afirmações,

“As cidades nunca foram construída com a participação popular, nunca foi pensando para ser de direito das pessoas que nela habitam, elas SEMPRE

foram pensada pra os ricos porque foi construída para uma pequena parte os que tem privilégio.” (Militante 1, S.)

“As desigualdades salariais, as desigualdades de gênero, o racismo, a especulação imobiliária, o desemprego, a falta de acesso à serviços básicos (saúde, educação, cras, saneamento básico, transporte e etc)” (Militante 2, M.)

“Em questões mais amplas, o capitalismo. Mais sendo prático, a desigualdade social, a especulação imobiliária, a negação de direitos básicos como moradia, saneamento, cultura, alimentação. Assim também como o desemprego e a política de segregação são algumas questões que contribui”.(Militante 3, O.)

“A concentração da terra e da renda, a especulação imobiliária e a relação promíscua entre Estado, proprietários e capital imobiliário.”(Militante 4, R.)

“A cidade capitalista parece reproduzir no espaço urbano a mesma lógica do capital, empurrando para as periferias a população pobre, trabalhadora, afastando-a, assim, do acesso aos mecanismos de lazer, saúde, educação etc. (Militante 5, N.)

“O modelo de uma cidade voltada aos interesses do mercado. Isso contribui para esse modelo de desigualdade. Podemos ver isso nas gestões de políticas que deveriam estar a cargo dos entes públicos, como o transporte e a moradia, por exemplo. O interesse do mercado não é garantir qualidade de vida aos trabalhadores, mas apenas o lucro.”(Militante 6, C.)

“O modelo de produção capitalista, se reproduz em uma desigualdade especial.” (Militante 7, F.)

“A concentração de renda e de terra nas mãos e um pequeno grupo de super ricos. E falta de uma política pública que garanta uma distribuição da riqueza de equitativa.” (Militante 8, D.)

“a vinculação da empreiteiras com as campanhas eleitorais, via CPF agora, ja que nao mais pode se fazer doações por CNPJ, o racismo estrutural e a reprodução do padrão de consumo e oferta de diretos cada vez mais seletivos.” (Militante 9, G.)

Nesta questão foram levantadas muitas percepções interessantes entre os participantes, pontos como a falta de participação popular na construção das cidades, as desigualdades salariais, de gênero, o racismo, a faltas de acesso aos serviços públicos, o desemprego estão entre os itens citados. O capitalismo é pontuado como reprodutor da lógica capitalista no espaço urbano, ou seja, a desigualdade. Cidades voltadas para o mercado, a concentração de renda e as relações entre os grupos poderosos e o Estado também são vistos como operações que contribuem na conservação das desigualdades.

No que diz respeito a contribuição do Movimento e das Ocupações para pensar um novo modelo de cidade, pontuam:

“Quando ocupa e organiza os trabalhadores em buscar seus direitos , de forma popular e democrática, pensando no coletivo em burca de uma cidade para todos. Sim.” (Militante 1, S.)

“O movimento vem com a proposta inicial de lutar pela moradia e é nas ocupações que a visão do novo se torna possível, pois passamos a acreditar. As formações e as ações do movimento e das pessoas que o constrói, contribui muito na vida das pessoas, não só pela conquista das moradias, mas pelo papel que cada um/uma desenvolve.” (Militante 2, M.)

“As ocupações escancaram as contradições da cidade, não só o problema da moradia, mas tantos outros sofridos pelas comunidades periféricas. A experiência coletiva das ocupações urbanas, sendo especifico as do MTST,

elas propõem alternativas concretas para resoluções de problemas enfrentadas pelos ocupantes, construídas e decididas em coletivo. Propostas como construção de moradias populares, internet livre e gratuita, restaurantes populares de 1 real, cultura e entre outras, contribuem minimamente para se pensar em um novo modelo de cidade que não seja pautada no capital. (Militante 3, O.)

“Na luta pelo acesso coletivo à terra, pela reforma urbana, desmercantilizando o acesso à moradia.” (Militante 4, R.)

“A experiência da ocupação é, na prática, a realização de uma cidade mais igualitária, uma vez que, em um pequeno espaço urbano, se experimenta novas formas de socialização entre as pessoas e o espaço coletivo.” (Militante 5, N.)

“Como uma linguagem de resistência. Esse modelo de cidade dado aos mercados produziu segregação espacial, violência. Quando os trabalhadores ocupam eles dizem ao mundo que não aceitam uma cidade onde suas demandas não são ouvidas e acolhidas. (Militante 6, C.)

“Acho que disputar os grandes vazios urbanos, modifica a relação com as áreas de engorda e cria centros urbanos, que não estava planejados pelo capital imobiliário.” (Militante 7, F.)

“Quando o movimento ocupa um grande latifúndio e denuncia a contração de terras, com essa ação o movimento leva o problema para a sociedade e faz propostas para amenizar essa situação.” (Militante 8, D.)

“literalmente ocupando os espaços da cidade que lhes são negados e reproduzindo valores e práticas que nos são roubadas pelo capitalismo, a exemplo dos valores coletivos e de solidariedade.” (Militante 9, G)

Houve uma gama de ações realizadas pelo Movimento e ocupações urbanas, que foram pontuadas como forma de contribuir para um novo modelo de cidade, vemos a aparição da organização como seguridade de direitos de forma popular e democrática, a luta pela moradia como potencializadora da formação política e desenvolver a consciência do papel social dos indivíduos. Na maneira em que as ocupações escancaram as contradições da cidade, as experiências coletivas propondo o enfrentamento de modelos desiguais, a luta pela reforma urbana. Outras questões, como as ocupações na prática é a realização de uma cidade igualitária, devido as experiências de socialização e solidariedade experienciadas, a disputa do urbano e a denúncia das opressões sofridas foram questões citadas pelos participantes.

Na questão 6 foi questionado se ao ver dos participantes, no que diz respeito a formação dos homens e mulheres que participam das ocupações, existe uma relação com educação popular e a luta territorial, foram colocadas as seguintes reflexões.

“Sim., quando lutamos aprendemos que a luta não é só pela casa, mas pelo território e tudo que existe nele, seus espaços, sua cultura, seus valores.” (Militante 1, S.)

“Sim. Muitas pessoas ao se aprofundar na luta territorial, afloram outras capacidades que até então não sabia que tinha, muitas pessoas conseguiram passar em universidades e faculdades depois da aproximação e atuação na luta.” (Militante 2, M.)

“Claro, muito intensivo através da prática, da vivência em coletivo e oralidade. Debates e formações são constantes em ocupações, nos trabalhos comunitários. A compreensão teórica do direito a cidade já é vivenciada na prática dos

trabalhadores e trabalhadoras. No caso das ocupações a teoria e a prática são dialogadas.” (Militante 3, O.)

“Existe uma pedagogia nas ocupações que está muito ligada a essa reconstrução da experiência territorial. O fortalecimento do poder popular, a organização política permanente, o fazer consciente dessa nova forma de poder e de produzir cidade de forma coletiva vai moldando um novo modelo de cidade.” (Militante 4, R.)

“A educação é fundamental na luta territorial. É através da educação militante que os sem-teto percebem a natureza desigual do modelo de cidade que vivemos.” (Militante 5, N.)

“Com toda certeza. Creio que a luta exerce um papel pedagógico riquíssimo. Produz discussões e ações coletivas em que a maioria das pessoas não convive. Ora, a ocupação proporciona uma vida onde se preocupar com o outro, debater questões importantes como, desigualdades, mulheres, racismo. A ocupação proporciona esse rico papel formativo.” (Militante 6, C.)

“O processo organizado de uma ocupação é capaz de formar uma consciência coletiva impressionante. Lutar diretamente por seu teto, mudar o bairro e abastecer a cozinha é mais que tudo um processo educacional.” (Militante 7, F.)

“As ocupações são experiências que deixam uma marca nas pessoas que as vivem de forma intensa. Nessa ação coletiva muitas pessoas se reencontram e voltam a se sentirem gente. São inúmeros os casos de pessoas que deixaram o álcool, um relacionamento abusivo, uma situação de opressão por conta da experiência coletiva de uma ocupação. O movimento procura apresentar para as pessoas que existe saídas para as mazelas sociais, nós acreditamos que isso se dá de forma coletiva e organizada. (Militante 8, D.)

“sim, assim como tudo na vida, valores de resistência e de luta por direitos também devem ser ensinados no dia a dia e a organização coletiva nas ocupações tem isso como central.” (Militante 9, G.)

Na atribuição que associa a Educação e a luta territorial, todos os participantes acreditam que há uma relação entre a organização social e educação. Dentro do processo de organização de resistência a pedagogia na luta, é um dos papéis basilares para as lutas, algumas das respostas trazem que a luta tem um papel pedagógico, mostrando que é uma via dupla, não unilateral, a formação se dá na prática e a prática é formativa.

Na sétima questão direcionada que os participantes partilhem como se dá efetivamente a formação política dos participantes do Movimento ao longo do tempo de atuação do MTST nas cidades brasileiras. Sobre isso os entrevistados pontuam:

“A formação é a base para abrir conhecimento sem ela não a história, na luta as formações são diárias, todos dias existe um novo aprendizado, a formação dos militantes são a bases para construir uma cidade onde todos tenha direito a ela.” (Militante 1, S.)

“A ocupação é uma formação fundamental para os militantes do movimento, outras formações como as da escola de formação Marielle Franco e os cines também contribuem muito, pois podemos nos aprofundar em outros assuntos importantes.” (Militante 2, M.)

“A maior formação, acredito que é a própria luta, a ocupação, a vivência em território, porém é necessário um intensivo estudo por parte dos militantes, compreensão da dinâmica e formação das cidades, histórico, dados, urbanismo, política, violência, estudos no campos do direito, da sociologia e etc. Cada estado tem sua própria dinâmica de formação, aqui no Ceará tivemos um serie de estudos durante a existência do movimento no estado. Citando a ultima experiência, organizamos via escola de formação Marielle Franco, um curso

intensivo trazendo importantes nomes do estudo do direito, do urbanismo, estudiosos da violência e etc.” (Militante 3, O.)

“Em espaços como as assembleias, reuniões, mas em espaços de educação popular como oficinas, cursos, etc. Os protestos também são espaços de formação política, também como espaços de articulação política com outras organizações também geram troca de experiências e aprendizados.” (Militante 4, R.)

“A formação é bastante desigual entre as cidades com atuação do movimento, já que cada uma traz uma experiência bastante peculiar na sua organicidade. Em Fortaleza, por exemplo, a formação só passou a ser uma preocupação real há poucos anos e mesmo assim não teve continuidade no programa de formação de militantes. Por outro lado, há algumas iniciativas em curso que, talvez, possa dar bons frutos” (Militante 5, N.)

“Os militantes tem uma formação continuada, aliada ao processo de intensa luta. Organizamos a luta, fazemos formação e avaliamos nossas ações.” (Militante 6, C.)

“O movimento faz cursos, tem setor de formação. Mas o triper lutar, organizar e formar. Esses elementos são os responsáveis pela formação do lutador dos movimentos.” (Militante 7, F.)

“A formação vai desde a experiência de contato com o povo e o conhecimento de sua realidade até a leitura de materiais sobre a luta pelo direito ao acesso a terra e a moradia. Mas o que deixa marcas na consciência das pessoas são as grandes lutas, travamentos e as vitórias da luta.” (Militante 8, D.)

“Debates, práticas coletivas, reuniões, plenárias, práticas territoriais ...” (Militante 9, G.)

Sobre o processo de formação criamos um diagrama para demonstrar visualmente a síntese trazida pelos entrevistados.

Figura 12 – Diagrama com a síntese das reflexões sobre a formação dos militantes.

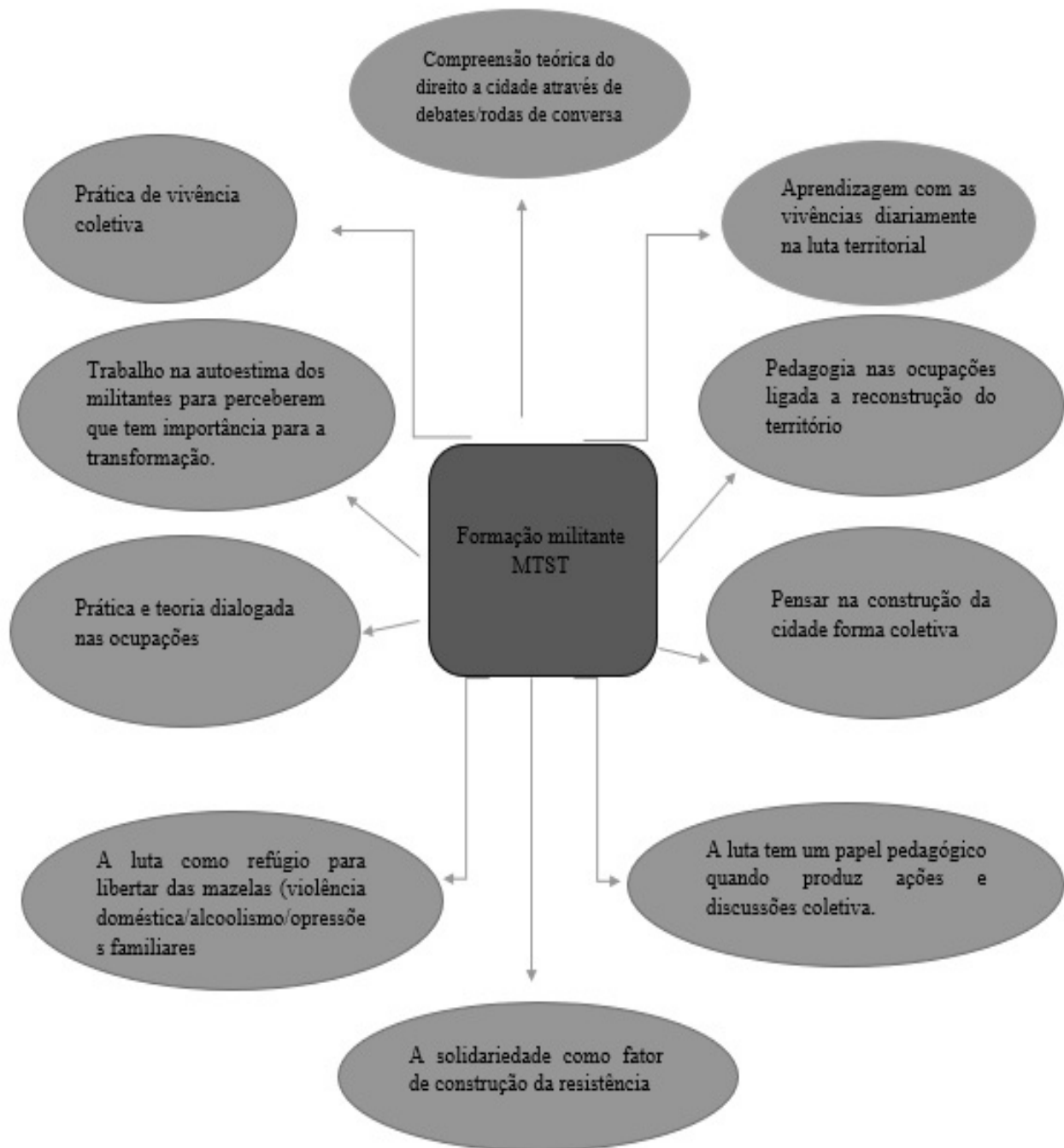


Diagrama síntese das reflexões apresentadas sobre a formação do MTST pelos entrevistados.

Fonte: Rodrigues, 2021.

Um das ações mencionadas pelos entrevistados acerca do trabalho de formação continuada dos militantes é a proposta da Escola de Formação Marielle Franco, idealizadas por militantes do Movimento no Ceará. A proposta é efetivar uma Escola que trabalhe a formação política dos militantes pós e durante período de ocupação, com ciclos de debates com questões do direito à cidade, cursos com professores renomados que trabalham questões de resistências populares históricas, revoluções, políticas públicas e urbanas e a atuação do Movimento na cidade. A ideia ainda não concluída tem duas experiências de formação junto aos militantes.

Figura 13 - Formação Militante. Bom Jardim, Fortaleza – CE.



Fonte: Página do MTST Ceará no Facebook, 2017.

Figura 14 - Formação sobre a história do Movimento, Escola Marielle Franco, Fortaleza -CE.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

As atividades realizadas pela Escola em 2019 trabalharam no primeiro momento um ciclo de debates de 1 mês sobre a pauta do direito à cidade, através da leitura de textos sobre como se deu a formação do Movimento. A formação foi realizada e idealizada pela coordenação estadual do Movimento. Houve momentos formativos sobre Plano Diretor com a equipe do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Designer vinculado a Universidade Federal do Ceará. No ano de 2020, durante o período de pandemia a Escola realizou via Google Meet o Curso de análise da situação brasileira, trazendo nomes renomados, trazendo reflexões sobre o atual contexto do Brasil. A Escola não possui espaço físico, os momentos ocorrem na sede de Sindicatos parceiros, mas é uma das propostas que o Movimento pensa em relação ao trabalho de formação contínua dos participantes, pautado na pedagogia de Paulo Freire a estrutura busca trazer o trabalho horizontal trazendo a vivência de cada participante, fazendo relação às pautas do direito à cidade e nas transformações sociais.



Figura 15: Chamamento para Evento de abertura do curso ocorrido em 2019 em um Sindicato parceiro.
Fonte: Instagram MTST Ceará



Figura 16: Primeiro Encontro do Curso de análise da situação brasileira.
Fonte: Facebook MTST Ceará

4.2 Educação popular e o olhar cidadão

Quando trabalhamos a dimensão da educação relacionando-a ao trabalho social é importante termos em mente que a educação atravessa o viés formal dentro da perspectiva escolar e de forma geral, a educação está presente no processo de construção de modelos sociais e na perpetuação de padrões e construções políticas e ideológicas na sociedade.

Assim, a educação torna-se a mais importante função social. Deve ser controlada pelo Estado e não por particulares. Deve visar principalmente a disseminação do conhecimento, porque disto depende a inteligência geral, por sua vez, dependem o progresso e a felicidade sociais. Mas a relação última da educação com a sociedade não está ainda claramente revelada. O processo social mais elevado é a “sociocracia”, - o controle e a direção da sociedade por si mesma para alcançar certos fins determinados e válidos. Por outras palavras, a forma mais elevada de controle e direção social é a política”, entretanto política num sentido ainda quase não realizado. A educação, como disseminação do conhecimento, que servirá como base desse processo social altamente racionalizado - por intermédio do qual todos os outros são obtidos, - torna-se assim o meio mais imediato para aquele fim. (MONROE, 1987, p. 343)

A educação coexiste e é percebida em diversas áreas da sociedade quando falamos em reprodução, construção de conhecimentos e preceitos é essencial a relação que fazemos dela com o modelo de sociedade vigente em cada época. Quando falamos da prática educacional, dizemos que educar é transmitir e/ou construir percepções do ato de ensinar e aprender, mas mesmo dentro do viés educacional existirá diversas formas de normatizar e instruir os sujeitos presentes na sociedade.

A percepção histórica da metodologia de educação que temos construído socialmente é a figura do professor/formador detentora do conhecimento que dará instruções e que iluminará os sujeitos que estão em processo de aprendizagem, estes, sem questionar ou tecer críticas acerca da prática realizada. Por muito tempo fora normalizado o modelo de educação tradicional como única possibilidade de ensino e aprendizagem, mas é sempre necessário lembrar que a crítica sempre esteve presente de acordo com a conformidade de cada época, claro que dependendo do contexto isso se dará de forma mais ou menos intensa

Na sociedade em dados momentos históricos é necessário para que seja efetivado e que tenha continuidade os modelos sociais centrados, em nosso ponto de vista de estrutura desigual, as instituições que a compõem devem auxiliar nesse processo, tendo em vista que a sociedade e modelos sociais são construídos e efetivados através das instituições que servem como uma espécie de duplicadoras, como a igreja, as ideologias políticas, o modelo de família, a cultura de modo geral e sem dúvidas o viés educacional,

centrado em modelos de escola e em métodos de ensino próprios e pensados para servir padrões ideológicos da classe dominante . Do ponto de vista social a educação é vista sem dúvida como ponto chave dentro dessa lógica, já que até os dias atuais (tendo ressalvas) a figura da educação passa a ser legitimadora da imagem do espelho do que é bom e que tem valor na sociedade.

A segunda destas opiniões sociológicas gerais considera a educação como um meio de controle social. A sociedade do passado dependeu principalmente do governo com os seus meios diretos de dirigir: a força, e a igreja, com seus meios diretos de dirigir através das crenças, ideias, cerimônias, recompensas e punições de caráter imaterial. A sociedade, agora, vem a depender cada vez mais dos meios indiretos de controle a serem exercidos sobre as gerações vindouras [...] Desse ponto de vista, os motivos morais passaram a ser mais acentuados do que nunca, motivos morais, porém, de caráter diferente [...] assim a educação do Estado procura controlar a criança para o bem estar da sociedade, o qual o do indivíduo e dos seus companheiros. Assim, como forma de controle, a educação é apenas instrumento da sociedade [...]. (MONROE, P. 1987, p. 343-344)

É importante comentar, seguindo esta lógica, que aqui estamos pontuando modelos educacionais expressos na modernidade, quando a reflexão gira em torno da cidade moderna que expressa a desigualdade através de modelos de cidades do capital. Sendo assim, é coerente que façamos a leitura da educação com o mesmo recorte histórico. Se a análise trabalhar com o histórico completo do desenvolvimento da educação será uma leitura que necessitará de um aporte teórico completo acerca de todas as práticas educacionais exercitadas em cada período histórico.

Na modernidade, na sociedade industrial capitalista – que se caracteriza por ser cindida em classes, pela existência de pobres e ricos, pelas diferenças entre aqueles que têm e os que não têm a riqueza nem acesso aos bens econômicos e culturais, pela predominância do poder econômico e político – a educação assumiu um formato oficial predominante na instituição escolar e foi pensada em seu conteúdo e em seu fazer para atender aos interesses das classes e grupos hegemônicos. Muito embora tenha sido, como política social e como direito de cidadania, resultante das contradições e lutas das classes populares, a educação lhes foi historicamente negada, complementando um quadro de exclusão e negação de cidadania que atinge a grandes contingentes desses setores da população. (BATISTA. 2003, p. 1)

Neste contexto, a educação também expressa as marcas da desigualdade que verificamos em todo o espaço urbano. Podemos perceber que mesmo a educação formal, consolidada como direito institucional foi ao longo do tempo sendo negligenciada para os setores mais pobres da sociedade. Os índices de analfabetismo, no contexto onde temos um crescimento potencial de lutas urbanas nos anos 2000, embora indicassem que as maiores taxas de analfabetismo estavam dispostas no espaço agrário, cerca 28,7%, em relação a população analfabeta nas cidades que era cerca 9,5%, segundo dados do INEP

(2003), pontuavam também que entre os cem municípios com os índices mais elevados de analfabetismo as 24 capitais brasileiras estavam inseridas.

Embora tenhamos que levar em consideração os contextos de ocupação humana, condições de vida, faixa etária e processo de desenvolvimento das cidades, esses índices nos mostram que a larga maioria de analfabetos (até os dias atuais) são caracterizadas pela parcela mais pobre da população. Cabe aqui deixar evidenciado que os processos nos quais houve as maiores demandas de acesso à educação e as melhores condições de vida são gerados pelo processo migratório do campo para a cidade, potencializa ainda mais os reflexos de desigualdade no espaço urbano. Já que esses sujeitos e seus descendentes agora inseridos na cidade, terão a necessidade de demandas e direitos para habitarem nesse espaço.

Crentes da função preceptora da educação, indicamos que ela cumpre um papel também político na sociedade, tendo em vista os modelos de organizações das instituições de ensino, a figura autoritária dos sujeitos que exercem o papel formador, os direcionamentos de currículo para serem dispostos as populações mais pobres e sobretudo na relevância do alcance de difundir concepções e projetos.

A educação, então, exerce um papel fundamental de potencializar projetos de sociedade, principalmente aqueles que mantêm determinados grupos sendo explorados, sendo ela uma das ferramentas que exercem o papel de disseminar ideologias e visões de mundo, embora muito se tenha falado (e esperado pelos setores mais conservadores) ao longo da história que a escola e a educação exerçam um papel de neutralidade frente ao sistema posto.

Pensando estrategicamente na formação política dos movimentos sociais urbanos, vemos que há historicamente uma ligação direta entre a formação e a educação, tendo em vista que formar é pedagógico, e para discutir lutas é necessário que seja realizado através de métodos de compartilhamento de saberes e conhecimentos. Foi dito que a educação exerce uma função duplicadora dos modos de vidas em que está submetida em um sistema dominante, dentro do contexto da cidade do capital, centrado em ideias liberais, a percepção educativa gira em torno da competição, da meritocracia, da ideia do educando trabalhar e dar o máximo de si, que assim, conseguirá romper as barreiras da pobreza e desigualdade, conseguindo “vencer” na vida através do auto esforço.

Adiantamos que a crítica existe frente a modelos engessados, onde há poucas possibilidades de os sujeitos conseguirem através do processo formativo alcançar a autonomia, e assim, possibilitar em ações na busca de mudanças coletivas, quando

inseridos em comunidades que vivenciam a partir do seu território as mazelas decorrentes das cidades desiguais.

Freire (1996, p. 14) traz que a formação é algo muito além de puramente treinar o educando no desempenho de destrezas, contrapondo ao modelo neoliberal que segundo sua perspectiva o cinismo dessa ideologia fataliza e recusa de forma inflexível ao sonho e à utopia. Nos mostra que a percepção de trabalho formativo presume caminhos a serem alcançados socialmente e produz passos que beneficiam ao modelo de sociedade desigual que é impulsionado pela ação do método e propagação de ideias.

Ao refletir o legado que Freire traz para o ato educativo, reforçamos a ideia que é inexorável que a educação por intermédio da formação exerça o papel de construir junto aos homens e mulheres as possibilidades de construir um modelo de sociedade que abrace à todos e todas na busca de sanar as dificuldades enfrentadas no dia a dia, o conhecimento deve ser utilizado para ao auxílio de gerir uma sociedade cada vez mais crítica para que se tenha possibilidades destes sujeitos exercerem o papel de sujeito social ativo e transformador, tendo melhores oportunidades para viver dignamente.

A educação popular nasce como alternativa de ação na luta pela disputa da narrativa social, em sua essência quando nas décadas de 1950 e 1960 ela é originada no trabalho de base através dos círculos de cultura, nos bairros e comunidades mais pobres, rompendo com a ideia do conhecimento puramente escolar, nos traz a possibilidade do trabalho com novas práticas pedagógicas alinhadas a discussão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos socialmente vulneráveis.

Da disputa de projetos e concepções de sociedade e de educação nasce no Brasil, no final da década de 1950 e início de 1960, uma outra concepção e prática de educação, voltada para as classes populares, que passou a ser chamada por seus protagonistas de Educação Popular. Tecida inicialmente fora dos muros escolares, como movimento de Cultura Popular, nos círculos de cultura, como uma ação cultural, um processo de educação na rua, na “periferia”, nos bairros, na praça, nos Centros de Cultura popular, nas associações de moradores, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nos movimentos sociais, buscando romper uma cultura do silêncio de opressão. Depois, a partir da década de 1980, ela invadiu a escola pública, em várias experiências, em diversos municípios e escolas, seja como política pública, seja como prática educativa experienciada por professores adeptos dessa concepção de educação. (BATISTA, 2003, p. 2)

Mas para que se crie este contexto, que para alguns é irreal, é necessário que tenhamos passos bem definidos para alcançar a construção desse modelo de mundo ideal, que também deve ser fomentada por meio do empoderamento da classe oprimida pelos conhecimentos técnicos, que já estão, em sua maioria, nas mãos da classe opressora, e também da construção da consciência crítica dos sujeitos para que perceba que é possível

essa mudança, mas ela só virá de modo coletivo e que seja percebido e construído criticamente.

Quando os indivíduos constroem a consciência crítica em relação as problemáticas e opressões existentes na sociedade, eles passam a ultrapassar uma barreira que outrora fora construída para a manutenção desta, e quando isso ocorre vemos que os indivíduos passam a construir uma rebeldia e um anseio por mudanças é acendido nestes, a busca por melhores maneiras de bem viver.

Mas para isso acontecer, o conhecimento e saberes indispensáveis devem ser colocados em pauta, para que assim as discussões técnicas e, também, as de conhecimento populares estejam nos domínios do povo. Já colocamos que o processo educativo na percepção freiriana não é estático, é um processo que só é possível ter um melhor aproveitamento, sobretudo para pensar criticamente a sociedade, quando se tem um processo ativo entre o educando e o educador, do mesmo modo o formando e o formador para que os sujeitos participem ativamente do processo de aprendizagem.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 1996, p. 22)

Completa Freire (1996, p. 30),

[...] Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso.

Neste último exemplo, para o trabalho e exercício da prática educativa, Freire nos convida a refletir acerca das proximidades que estão nítidas no pensar a cidade através do olhar cuidadoso de quem a vive e a inevitável relação que fazemos com o processo exploratório que a maioria da população sofre. Cabe a quem se propõe a trazer e acender nos sujeitos a gama de possibilidades de mudanças, o desafio de romper com a tradição e não puramente no exercício da prática, mas também no que é aprendido e construído junto àqueles que vivenciam as sobras do capital.

A formação política no processo construção da resistência na cidade é sem dúvidas uma das principais armas contra o sistema que historicamente oprime a maioria da população. É inevitável que no processo de organização dos movimentos sociais urbanos,

ou qualquer outro tipo de organização, tenha fases e processos de formação, para que os sujeitos estejam presentes neste processo de forma crítica e entendidos que o projeto que foi construído para a conformação de uma cidade desigual não é natural e que por isso tenha que haver sua manutenção, o entendimento parte da análise histórica de acúmulo e preservação de estruturas opressoras, e isso tem que ser um dos pressupostos do processo formativo, a não naturalização da desigualdade apresentada na cidade.

Há diversas experiências sociais em que podemos verificar a atuação da educação popular como prática formativa nos movimentos sociais brasileiros, tendo em vista que muitos movimentos nascem dentro de um mesmo núcleo de resistência, vemos vários pontos de atuação pautados sobretudo em movimentos agrários e Comunidades Eclesiais de Base, onde há a relação da construção de uma educação libertadora aliada as causas sociais.

Como foi trazido a dimensão de uma formação militante baseada na pedagogia paulofreireana, baseada em uma educação popular aliada a luta territorial, achamos necessário trazer a percepção de como os sujeitos que atuam no trabalho de educação popular percebem essa relação na prática social, e como é possível essa associação.

Foi realizado entrevista com um participante do Movimento de Educação de Base (MEB) que é um movimento que possui associação com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atua desde a sua fundação (em 1961) com a educação popular em diversas partes do País. A ação do MEB ocorre, por política própria, em regiões onde apresentam os menos índices socioeconômicos, possuindo o objetivo de contribuir com a processo de formação humana na busca de superar as desigualdades sociais por intermédio da educação popular.

Importante elucidar que o MEB já atua há 60 anos com a educação popular direcionada a jovens e adultos, tendo consolidado seu método baseado nas premissas do conjunto didático do Ver, Julgar e Agir, tendo no seu trabalho a dimensão social dos sujeitos. Aqui é trazido a experiência do MEB como exercício de demonstrar a atuação social nas lutas através da educação popular, para que possamos perceber o forte papel social da educação e que pode e deve estar aliada nas lutas sociais, fazendo frente aos diversos movimentos que atuam na cidade e no campo.

Na entrevista foram direcionadas questões sobre o fator estruturante da cidade para as diversas desigualdades atuais, em como a educação popular pode efetivamente contribuir para a formação de sujeitos mais atuantes na cidade e de como os fatores geográficos dos sujeitos (Como o lugar, como espaço de construção de afetividades, o

território, espaço delimitado que influenciam nas organizações da população e o espaço geográfico, onde ocorrem as relações sociais e de modificações espaciais dos sujeitos) podem traçar estratégias de formação social e política desses sujeitos.

Foi perguntado sobre o ponto de vista de militante da educação popular, como a construção histórica da cidade contribui para a segregação dos sujeitos nos dias atuais, sobre isso:

“A migração interna, famílias em busca de melhores condições de vida na capital. Do rural para o urbano. No caso do Ceará a seca foi um fenômeno que foi influenciador para uma importante migração da mulher e do homem do campo para o lugar urbano no Ceará. Sendo assim, a formação de comunidades (favelas, bairros populosos) é emblemático para entender como é a cidade dividida entre pobres e ricos. Se mostra descaradamente em bairros populosos e condomínios de alto padrão luxuosos. Um importante exemplo é o que vivemos nesse período pandêmico. É mais fácil para as classes (dominantes) média e alta fazerem uma quarentena, um lockdown, do que a classe trabalhadora, empregadas domesticas é um forte exemplo. Por tanto, é histórico e sintomático porque desde antes foi se dividindo a cidade. Os ricos cada vez mais querem se afastar dos centros - centro se tornou lugar do comércio, da economia - buscando lugares onde segregam e divide a cidade entre pobres e ricos, como mencionado anteriormente. Em Fortaleza a realidade é agravada pela pobreza que assola a maior parte da população. Esta é a cidade com o maior número de homicídios de jovens e adolescentes no Brasil (mais de 3.000 em 2018, segundo o Atlas da Violência); seu déficit habitacional atinge 200 mil unidades habitacionais, os bairros periféricos sofrem com a falta de infraestrutura urbana e social. O Estado, por sua vez, agravou os conflitos sociais em torno de questões relacionadas ao direito à cidade, com um conjunto de intervenções urbanas, motivadas pela realização da Copa do Mundo de 2014 (Fortaleza foi uma das cidades-sede), mas perduram até hoje. Esses projetos implicaram, e continuam a implicar, o deslocamento de milhares de famílias pobres em favelas ou comunidades, com o objetivo de realizar intervenções de valorização imobiliária e turística nas áreas onde tais comunidades existem. Essas violações do direito à moradia e à cidade, juntamente com o problema do extermínio da juventude nas favelas e nos subúrbios, foram algumas das principais preocupações dos movimentos sociais e dos pastores nos últimos anos” (L. S.)

Sobre a contribuição da educação popular na formação para sujeitos mais atuantes no espaço da cidade,

“Contribuir com a formação e a articulação de coletivos como: movimentos sociais e populares, sindicatos, grupos de rua, grupo de mulheres. E fortalecer uma tradição de movimento popular, de ação política que tem na questão da libertação o pilar fundamental, restabelecendo o papel da teologia da libertação, CEBs, movimentos pastorais e sociais para as atuais gerações de moradores das periferias, onde a tradição é atualmente ação política de cooptação e repressão estatal que inibe a ação libertadora dos ativistas, ou pelo avanço de uma espiritualidade individualista de progresso, em detrimento do desenvolvimento comunitário que caracteriza a espiritualidade libertadora que sempre marcou a ação de ativistas e missionários na luta dos pobres do Brasil por justiça e dignidade.” (L. S.)

Em relação a atuação no espaço urbano, foi perguntado se o MEB pôde verificar situações onde a educação popular pôde contribuir para sujeitos socialmente mais ativos, o participante pontua que,

“Sim. Mas é desafiador. Precisamos atualizar a forma de como atuar, por exemplo, acesso ao mundo virtual. Se conseguirmos fortalecer os espaços de lutas contribuindo com métodos de formação/educação popular já será um grande avanço. Potencializar ações em grupos nos bairros, fortalecer iniciativas das pastorais sociais, como pastoral do menor e povo de rua, fortalecer os movimentos sociais como movimento dos conselhos populares, coletivos de mulheres.” (L. S.)

A última questão direcionada ao participante foi acerca de como a educação popular aliado aos fatores geográficos dos sujeitos (Como o lugar, como espaço de construção de afetividades, o território, espaço delimitado que influenciam nas organizações da população e o espaço geográfico, onde ocorrem as relações sociais e de modificações espaciais dos sujeitos) podem traçar estratégias de formação social e política desses sujeitos, já pensando para reflexão no capítulo posterior.

“Como dito na resposta anterior entendo que buscar meios de forma estratégica - aqui é preciso salientar que a construção de espaços, alguns já existentes de forma muito orgânica, passa pelo encantamento, da indignação-revolta ao amor a luta. A influencia se dado trazendo formas de educação popular relacionando a vida, a realidade, das pessoas. Aprender aprendendo, ouvir e dialogar. Buscar meios de resolução dos problemas, o que chamamos do Ver, julgar e o agir.” (L. S.)

É perceptível nas respostas que um dos principais papéis da educação popular atuando nas pautas territoriais é na visão, que, onde esteja sendo construído por grupos sociais um movimento que tenha na sua essência a luta libertadora, baseada na emancipação dos sujeitos que lutam coletivamente por mudanças sociais, ela servirá de base para fortalecer tanto teoricamente como na prática o fundamento central das pautas de lutas, dentro de cada realidade construída.

Dito isto, torna-se nítido que o acúmulo construído com educação popular, junto a grupos que trabalham sob esta perspectiva, como o caso do MEB, permitem que vejamos que é indissociável pautar lutas, sejam elas na cidade, no campo, sem a lógica de uma pedagogia libertadora, isso, para quem pensa em mudanças efetivas no modelo de sociedade.

Quando trabalhamos de modo mais particular, com o estudo de caso do MTST nas cidades brasileiras, verificamos que há uma ideia normativa de olhar a cidade desigual como uma produção de um sistema que visa e naturalmente, pelas ações que geram no espaço, reproduzir a desigualdade. Pensando nisto, vemos que há uma construção, do processo formativo, ligada a concepção que o Movimento trabalha junto aos militantes a priori no entendimento da cidade vista como reflexo de acúmulo de poder e de políticas que visam o lucro de uma pequena parcela, enquanto alguns sujeitos trabalham para sua manutenção, outros serão afetados pelo desemprego ou empregos precários e modos de vida que nem de longe seriam caracterizados como dignos.

Como o MTST trabalha a princípio na organização de movimentos a partir dos bairros e territórios pautando a luta pela moradia, verificamos que é intrínseca a relação do conteúdo trabalhado nos primeiros momentos, temas que serão presentes no processo serão sem dúvidas a análise da cidade real com os sujeitos que sentem o peso desta. Nesse momento podemos trazer as contribuições que Freire nos deixa como herança, que é o trabalho ativo dos sujeitos neste processo, palavras, imagens e símbolos dessas localidades podem ser trazidas pelos sujeitos como exemplificação expressa desta desigualdade. O primeiro momento é crucial para a quebra da alienação e construção da consciência crítica.

Um olhar cuidadoso para a história do MTST mostra que o Movimento não é uma ferramenta estática da luta popular. Seu crescimento ao longo desses 20 anos só pode ser compreendido através de diversos fatores. Dentre eles, está a consolidação de uma metodologia de atuação articulando o trabalho de base e a dimensão territorial no espaço urbano. Além disso, é importante salientar a autonomia política e o horizonte de construção do poder popular, que foram aspectos determinantes para as conquistas concretas na vida daquelas famílias que se dispuseram, ao longo desse tempo, a encarar a luta embaixo de lona preta. Essas pessoas não mudaram apenas suas vidas, mas contribuíram para a história da resistência urbana no país. (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017. p. 45)

Temos a percepção que o processo formativo é contínuo, tendo em vista que a cidade é um espaço inacabado e dinâmico. Mas a princípio a abordagem deve ser de acordo com cada território em seu próprio processo de organização política, a direção que deve ser tomada, apesar de metodologias e estratégias pensadas anteriormente, deve ser levada em consideração cada especificidade de cada grupo territorial. Podemos ter realidades em que a luta gira em torno da luta pela garantia da escritura da moradia, pelo acesso a políticas habitacionais e na maioria dos casos a luta pelo teto, que é um dos princípios de luta do Movimento.

As ações metodológicas que os movimentos sociais utilizam, através das ocupações urbanas/rurais são uma das principais marcas das lutas dos movimentos territoriais, na busca de advertir o poder público para as demandas que são apresentadas e que sejam atendidas de forma emergencial. Mas mesmo dentro do processo de ocupação os movimentos, em sua maioria, estabelecem com os grupos que se organizam uma relação formativa para que aquele processo seja um ganho político na luta pela equidade social, apesar de muitas derrotas violentas acontecerem, como é caso dos despejos violentos que esses grupos encaram, quando a formação se dá de maneira coerente e precisa, aquele será apenas parte da construção de algo maior na resistência social.

Neste sentido, encaramos a educação popular como instrumento essencial no processo formativo destes sujeitos, que posteriormente tornam-se militantes sociais, pois o trabalho de aguçar a dimensão do sujeito ativo e reflexivo quando submetidos a análise e na luta pelas mudanças sociais, não meramente massas de manobra para indivíduos gananciosos (que há) que se aproveitam da vulnerabilidade destes para ganhos pessoais.

Quando trabalhamos o aspecto de construção assegurada na autonomia e empoderamento, o entendimento e a concepção da importância da consciência coletiva e organizativa produzem homens, mulheres e crianças com a convicção de sua importância histórica. E sem dúvidas produzem sujeitos que percebem o espaço e sua realidade, dentro de um projeto que há tempos vem se consolidando, mas que é possível romper, mesmo que por vezes minimamente, com modelos sociais opressores.

Quando alinhamos a educação popular com as lutas urbanas, potencializamos as organizações que exercem o trabalho de questionadores dos modelos historicamente naturalizados, pensar a cidade sob o ponto de vista dos sujeitos que a compõem legítima a olhar científico pela realidade, relacionando também os saberes populares como denunciadora das desigualdades.

Exercendo não apenas a função de reivindicar políticas públicas, mas ter a condição de participar ativamente do processo de direcionamento, tendo em vista que é assegurado por lei a participação de diversos grupos da sociedade em espaços de deliberações, como a discussão do plano diretor, seminários, fóruns, assembleias, entre outros.

A participação popular nos espaços de gestão participativa de políticas, equipamentos e recursos públicos é um processo em construção que apenas se inicia pelo marco legal e de uma cultura democrática e participativa e pela construção de habilidades e metodologias que possam fazê-los instrumentos eficientes e eficazes de melhoria da qualidade de vida e de democratização dos processos tomada de decisões políticas. (OLIVEIRA, 1999, p. 16)

Alguns autores trazem a crítica acerca da ação participativa desse setor da sociedade nos espaços de deliberações, trazendo como questão a possível desarticulação no processo de organização popular, sobretudo nas décadas de 1980, mas mesmo dentro narrativas, se faz necessário que a sociedade civil, englobando todos os sujeitos, estejam vigilantes das determinações que ditam as mudanças da sociedade.

Essa mudança de prática participativa tem gerado entre os analistas uma certa polêmica. Alguns acreditam que os movimentos perderam força e se encontram em um momento de refluxo. Outros afirmam que houve mudança de foco e que os movimentos sociais encontram-se hoje nas mesas de negociação com o Estado, usufruindo dos canais institucionais pelos quais lutaram e que lhes foram abertos pela Constituição de 1988. (OLIVEIRA, 1999, p. 15)

Mas em um pouco mais de 40 anos muita coisa mudou no cenário político e social brasileiro. Para que possamos verificar essa dinâmica, temos ao longo desse tempo muitas discussões acerca do acesso a discussão de políticas desses grupos no âmbito das negociações e deliberações. Com os governos seguintes, pudemos ver diversos retrocessos de direitos sociais, reforçando que as organizações continuam tendo a necessidade de organizarem para a garantia de direitos, o trabalho em pautar a cidade correlacionando com a sua formação política que deve estar alinhada no entendimento desse fluxo contínuo de mudanças sociais e políticas.

Pensando nestes contextos e alinhados as reflexões que foram realizadas até aqui, vemos que há uma correlação imbricada em pensar a cidade através de perspectivas variadas, cada concepção que fazemos do espaço, sobretudo no que diz respeito nas mobilizações dos sujeitos, nos mostra que a aliança de concepções críticas traz a necessidade de mudança social e atravessa todas as abordagens de pensar a realidade, neste sentido, nenhuma área do conhecimento estabelece o diálogo da sociedade com o meio melhor que a ciência geográfica, através dela temos uma leitura ampla do espaço, e segundo a concepção da pesquisa ela tem um papel preponderante não apenas na discussão da sociedade, mas também possui formas de contribuir com a formação crítica sobre o espaço aliada a uma educação libertadora.

4.3 Geografia e a contribuição na luta urbana

Entender o espaço sempre foi uma tarefa difícil para a Geografia, se levarmos em consideração que a reprodução social é potencializada por diversos agentes externos que modificam o espaço de forma ativa a todo momento, nos vemos às vezes em um contexto

em que as repostas não acompanham as infinitudes de perguntas que a sociedade gera e reproduz, acompanhar essa dinâmica torna-se um desafio que há tempos é realizado pelos pesquisadores da área.

A materialidade do espaço geográfico é, sempre, significada, designada, posto que é, sempre, apropriada, até mesmo pela palavra. Os homens só se apropriam do que faz sentido para suas vidas e esse sentido é, sempre, criação social, e não das coisas em si e por si mesmas. Afinal, dar nomes próprios já é se apropriar e, assim, partilhar em comum um espaço de existência, um espaço de significações, uma comunidade de destino. O que se oferece à apropriação – o espaço-que-aí-está – implica que haja uma ação no sentido de se apropriar dele que, por sua vez, depende da correlação de forças entre os agentes. (GONÇALVES, 2006. p. 11)

Sob o contexto da construção do conhecimento, vemos que a Geografia vem acompanhando as discussões e também sendo parte delas, no que diz respeito às suas abordagens teórico-metodológicas, centrado na importância de discutir o meio e a sociedade, as mudanças políticas, econômicas e sociais são trazidas para ampliar e complexar as discussões quanto a análise e leitura da sociedade.

Na própria consolidação da ciência geográfica as amplas discussões da sociedade vêm sendo trabalhadas no decurso do tempo sob influências sociais e metodológicas da ciência, as tendências, é importante mencionar que não são puramente necessidades de explicação do meio, possuem forte influência política e de interesses na articulação de demonstrar a sociedade, exemplificação da influência das demandas da sociedade, nesta perspectiva é a geografia teórica quantitativa, que segundo Hissa (2002) apud Pinheiro (2005), busca “cientificar” a disciplina de geografia, muito calcado na matemática e na limitação das discussões das complexidades da sociedade, sendo foco de algumas críticas de autores modernos como Santos (1986) e Gomes (2000).

A geografia é uma ciência rica em derivações. O estudo do espaço geográfico permite contato com a ampla sociedade realidade. Na qualidade de conhecimento científico estabelece interfaces com outras áreas e expressões do saber, como a filosofia, as artes, a literatura, entre outras. Essas derivações ocorrem como especialidades da geografia. Geografia Urbana, Geografia Cultural, Geografia Agrária, entre outras. E outra forma, podem aparecer derivações, que se comportam como parâmetros ou paradigmas para estudos do espaço geográfico, apresentando-se como tendências teórica-metodológicas e epistemológicas. (PINHEIRO, 2005, 178)

Dentro das orientações filosóficas da Geografia, o texto de Pinheiro (2005), pontua que a Geografia brasileira encontrava-se um cenário de diversas mudanças, sob a passagem de um período de definição da Renovação da Geografia após a década de 1960, onde vem ocorrendo mudanças das tendências com pressuposto nos métodos bases

teóricos-metodológicos, com o questionamento às bases teórico-metodológicas da Geografia Tradicional. E de como essas tendências influenciaram o ensino de Geografia, na contextualização das décadas de 1980 e 90.

Entendemos como Movimento de Renovação da Geografia todas as tendências que surgiram no Brasil após a década de 60 e que tinham como propósito questionar as bases teórico-metodológicas da Geografia Tradicional baseada no positivismo; incluindo aqui a Nova Geografia (Geografia Quantitativa e Teórica), Geografia Humanista e da Percepção e Geografia Radical e Crítica, [...] Essa opção reflete o contexto de tendências e suas influências no ensino de geografia, principalmente nas décadas de 80 e 90. (PINHEIRO, 2005, 178)

O autor completa que as Geografias ao longo do tempo se modificam, são influenciadas e demonstram as tendências em que elas se baseiam e as suas filiações epistemológicas. A Geografia quantitativa e teórica e a Nova geografia possuíam as mesmas bases epistemológicas, mas tinham diferenças ao que diz respeito a instrumental e metodologia, onde essas foram resultados da crítica da Geografia Tradicional, onde, se tem que voltar as leis gerais, deixando de lado os particularismos e com esforço de tornar a geografia “mais científica”.

Adiante, além das discussões epistemológicas da Geografia, nos centramos na discussão da Geografia radical e crítica que nasce da crítica ao positivismo na ciência moderna, no qual muitos autores viam a necessidade de discutir a origem dos problemas sociais da época, que passa a ser revistas as ideias e relações entre teoria e prática, apoiado no materialismo dialético e fundando no marxismo, vem representar uma mudança prática na atuação dos geógrafos, onde muitos criam uma relação com os movimentos sociais e passa a ser uma mudança de prática política dos geógrafos.

A transposição da crise, não superada, da geografia esbarra-se na crise da modernidade, que começa a emergir no pós-guerra, na Europa. Esta crise revela as limitações do modelo técnico-científico considerado gerador da desigualdade produzida pela ciência moderna. No Brasil, vários geógrafos vão evidenciar a crise da geografia para além dela, baseando-se em suas raízes sociais. A crítica pesa, especialmente, sobre o empirismo utilizado pela Geografia Tradicional, todavia, também eram criticadas outras tendências, como a Nova Geografia e Geografia Humanista e da percepção. (PINHEIRO, 2005, 184)

Nela o espaço passa a ser uma construção, como um conjunto de relações torna-se produto a partir de interações, também, sociais, traz reflexões importantes nas questões epistemológicas e com os objetivos centrais da pesquisa e do objeto do estudo. É importante atentar para as mudanças tanto sociais que requerem a necessidade de pesquisas que atendam as demandas de análise social, naquele dado momento histórico.

Ao decorrer da história podemos perceber que a Geografia vem se modificando dentro dos campos em que ela atua, portanto, as abordagens tanto nos métodos de pesquisa, nas tendências que ela direciona o professor/formador será afetado, quanto aos modos que ela se estrutura na escola e sociedade. Deve-se valorar os processos históricos atuantes, muitas tendências são inseridas na Geografia a partir das práticas dentro do campo da pesquisa influenciados por ações sociais e do meio, não é estático.

A Geografia como ciência e disciplina escolar exerce um papel importantíssimo no processo formativo destes grupos sociais, quando trazemos a dimensão da luta territorial e busca por mudanças sociais, estamos dialogando diretamente com o objeto da Geografia que é o estudo da sociedade e sua relação com o meio, vemos aqui um dos primeiros sinais para onde um dos olhares da Geografia deve estar direcionado.

A educação e o ensino se encontram estreitamente vinculados a sociedade da qual fazem parte, na medida em que eles cumprem objetivos definidos por essa sociedade. Portanto, não podemos realmente pensar na educação e no ensino (como o de Geografia) fora de um contexto social determinado. (CAVALCANTI, 1993, p.66)

Quando trabalhamos a dimensão da formação e construção de professores de geografia no âmbito educacional dialogamos com o texto de Pontuschka, Paganelli, Cacete (2017) que apontam algumas medidas foram essenciais para o processo de inserção da geografia no espaço escolar, com base nos currículos que eram efetivados por quem era responsável pela educação em cada período. Inicialmente ela descreve como a implementação da Geografia nos Estudos Sociais dificultou e evidenciou a Geografia e a História que não conseguiam dentro da lógica dos Estudos Sociais dar conta e subsídios para abarcar todos os conteúdos complexos que traziam cada disciplina., salientando a importância de ambas as disciplinas dentro de suas áreas para a aprendizagem dos estudantes. E no modo em que os currículos eram implementados para a educação, que vai demonstrar quais subsídios esse professor teria para trabalhar na escola, a matriz curricular e, também, na maneira como as escolas recebiam os conteúdos.

Trabalhando a dimensão da influência política e social que a Geografia recebe, Pontuschka (2006) indica sintomas em que o exercício de políticas públicas, somada às conexões das mudanças sociais afetam diretamente a rotina dos professores, no que diz respeito ao currículos idealizados, a carga horária instaurada, impulsionada pela “necessidade” dos estudantes, resultando a uma defasagem do ensino de geografia e do processo de proletarianização daquele professor/formador, que fica diminuto a currículos limitados.

Esses professores, foram tomados também pelo processo de racionalização de sua profissão que ocasiona uma separação de concepção e execução, determinando assim, o professor a se afastar da concepção do ensino, delimitado a executar os programas curriculares, que resulta no distanciamento dos programas curriculares da realidade dos estudantes. Faz reflexões de como a universidade está formando esses licenciandos a lidarem pelas adversidades dos educandos vivenciadas nos espaços de produção do conhecimento, sejam eles no contexto da escolar ou em outros espaços de aprendizagem, como perspectivas de futuro e expectativas para a vida adulta e a carga horário de formação na área pedagógica, por muitas vezes acreditarem que não se tem pesquisa na área de ensino. E na busca constante de adequar a carga horária pedagógica desde os anos iniciais do curso de Geografia licenciatura.

A formação do discente em Geografia centrada ao trabalho social é um ponto chave no processo de aproximação desta com a educação popular, quando falamos que a teoria sem a prática social nos limita na efetivação para a formação de novos sujeitos na sociedade é um indício, não podemos exercer, exclusivamente, uma ciência advinda do gabinete, dando as costas para a realidade, verificar se as discussões do meio científico está tendo relação com o realidade, tanto no que diz respeito a leitura do espaço e nas dinâmicas educacionais é essencial para a real transformação social e construção de sujeitos críticos da sua própria realidade.

Tratando da didática na Geografia Cavalcanti no texto, 'Geografia escolar e a construção de conceitos de ensino' (1998) traz algumas reflexões a partir das aulas desta disciplina, buscando perceber se durante as aulas os conhecimentos científicos geográficos somados aos elementos de representações da vida dos estudantes são dispostos de modo a se complementarem, sem um sobrepujar ao outro, de maneira harmoniosa ou se os conhecimentos das representações fazem relação com os geográficos. E se utilizar os dois tipos de conhecimento auxiliam ou não na exposição dos conceitos geográficos durante as aulas.

Um outro aspecto importante é a possibilidade de compreender ou apanhar as relações sociais na observação e análise do espaço geográfico. Partindo do princípio de que as relações dos homens entre si (relações sociais) definem as relações dos homens com a natureza, é possível partir do inverso do espaço geográfico, que é a materialização das relações da sociedade com a natureza, podem-se apanhar as relações sociais, subjacentes, responsáveis pela definição dos meios de vida. Neste sentido, a análise geográfica busca apreender as relações sociais expressas representadas pelo espaço geográfico; em outras palavras, busca, pela análise do espaço geográfico como resultado de ações sociais concretas, compreender a sociedade que o produziu. (CAVALCANTI, 1998, p. 119)

Assim, podemos também pontuar a formação política e social dos grupos que atuam na cidade sob um olhar geográfico do espaço, trazendo junto desses sujeitos elementos que caracterizam o espaço geograficamente, pautando a relação da vida desses sujeitos e com abordagens que melhor aproxima o entendimento do espaço com as ações percebidas diariamente.

Neste mesmo texto a autora demonstra a importância da aprendizagem e do ensino dos estudantes com base nos conhecimentos básicos de aprendizagem que sua capacidade cognitiva e operativa estabelece e somada também aos conhecimentos a partir de suas experiências trazidas ao longo da vida. Demonstrando que a Geografia também possibilita através do seu corpo conceitual contribuições na formação social dos sujeitos, relacionando o todo e o individual.

Traz os conceitos chaves da Geografia como lugar e nas diversas concepções do conceito no campo epistemológico humanística que contribui para a dimensão afetiva do processo do conhecimento, histórico-dialético pode ser considerado no contexto globalizado e pós-moderno que coloca a noção da totalidade para explicar o lugar. A paisagem como a definição do campo de estudo dos fenômenos, dentro dos campos de concepções e a com o tempo traz signos que estruturam a paisagem e é a aproximação do lugar.

A região outrora considerada como uma entidade autônoma, área autossuficiente, na atualidade a região é uma área formada por articulações particulares na nova sociedade globalizada. O território que sempre muito utilizado pela geografia política e geopolítica na escola, Cavalcanti traz as relações de territórios nas escolas no modo em que evidenciam os traços do senso comum nos saberes geográficos escolar.

É importante entender o território como um campo de forças operando sobre ele, e na escola e nos espaços de construção de conhecimento têm-se que trabalhar o papel histórico na construção dos territórios expressados a partir dos poderes de cada época.

Trouxemos algumas discussões acerca das categorias da geografia no espaço educacional, para enfatizar a importância de correlacionar a consolidação dos modos de vida com cada tema trabalhado, não tirando o vínculo do processo formativo das bases geográficas para explicar e entender o espaço. Do mesmo modo que o uso de conceitos não podem ser postos de forma leviana, por trás da inserção de dados conhecimentos tem que haver a responsabilidade da maneira que introduzimos conhecimento nos espaços em que se atuamos, devem ser orientados (também) por teorias e métodos que auxiliar no processo de aprendizagem.

Para os dias atuais entender, por exemplo, a importância do lugar para os sujeitos para melhor entendimento do mundo é essencial para aproximar da realidade dos indivíduos. Precisamos entender que metodologias e conhecimentos nos espaços de poder da sociedade são vinculados aos setores dominantes a sociedade, não temos como fazer uma Geografia desvinculada. E se temos uma boa base das análises do espaço geográfico que foram construídas com o tempo temos a possibilidade de perceber o mundo de modo mais crítico, isso, a partir de escalas e experiências que nos contemplam.

É importante mencionarmos o processo de construção da Geografia como disciplina, traz seu cunho formador, que aponta a busca de legitimar a Geografia como parte importante na contribuição na formação dos sujeitos sociais, dentro de suas abordagens e categorias de análise, além de habilitar os sujeitos com a leitura geográfica do espaço, sempre com o diálogo da relação sociedade/natureza, trabalha a formação do sujeito crítico para perceber e ter um olhar crítico diante as desigualdades demonstradas espacialmente e mais do que isso, buscar criar relações dos sistemas da sociedade que indicam e reproduzem as desigualdades.

Em suas lições Cavalcanti (1993, p. 66) nos ensina que,

A sociedade atual, busca a consolidação da ordem democrática, necessita da participação de cidadãos conscientes, ativos e produtivos. Para que o indivíduo exerça uma cidadania consciente e produtiva, é preciso que ele forme convicções a respeito dos aspectos fundamentais dessa sociedade e, enfim, é preciso que ele atue conscientemente de acordo com essas convicções. Dessa forma, o papel do ensino [...] é o de propiciar condições para que os alunos adquiriam conhecimentos significativos que dizem respeito à realidade natural e social, reelaborem esses conhecimentos e formem convicções necessárias à sua atuação em sociedade. É daí que deriva o entendimento do papel da geografia [...].

Quando trabalhamos a Geografia em seu aspecto mais geral, vemos que ela pode nos possibilitar diversas discussões acerca do espaço que contribuem para as pautas territoriais das problemáticas encaradas pelas comunidades mais vulneráveis, desde aspectos a sua natureza física até as relações econômicas, geopolíticas entre os países são meios que afetam a dinâmica e os modos de vida desses grupos.

O estudo do processo de espaço geográfico a partir da compreensão da ação do Estado e suas relações com os movimentos sociais pressupõe levar em consideração que o espaço geográfico constituído uma categoria de análise não se produz isolado do contexto social. O espaço deve ser visto como a base concreta onde se realizam as relações sociais de produção. A sociedade capitalista e o espaço geográfico deve ser visto como a base concreta onde se realizam as relações sociais de produção. A sociedade capitalista e o espaço geográfico por ela produzido são frutos dos conflitos, ou seja, do antagonismo

e das contradições inter-classes que produzem aquele espaço e estruturam aquela sociedade. (SILVA, 2007 p. 71)

Um dos meios que a Geografia mais se aproxima das discussões que afetam a vida dos indivíduos por intermédio da instrução é a formação cidadã. Autor como Milton Santos (1994) traz que a formação cidadã se dá a princípio no ato do conhecimento do meio, a consciência da época, dos princípios da sociedade, do funcionamento da sociedade, reforça a importância da geografia para a leitura do mundo e de como ela auxilia para a atuação dos sujeitos na sociedade.

Ao contribuir com o debate, Callai (2018, p. 10) faz a seguinte assertiva:

A educação geográfica tem como meta a abordagem dos conteúdos da geografia nos processos do ensino e da aprendizagem oportunizando ao aluno acesso ao conhecimento de modo que o torne significativo para que assim possa elaborar o seu próprio pensamento e produzir o seu saber. Este processo tem referência ao conhecimento científico realizado pela produção da ciência geográfica e, na contrapartida com o conhecimento do cotidiano, pode ser elaborado o conhecimento geográfico disciplinar, que é o trabalhado na escola. E neste âmbito se insere a questão da cidadania que tem assumido relevância nas discussões sobre a escola e educação. A educação geográfica para a formação cidadã, aqui abordada na proposição de educação e cidadania no estudo da geografia, objetiva fazer a reflexão a respeito dos subsídios ao ensino da geografia escolar na educação básica brasileira para a construção da cidadania.

Uma das questões que dispomos sobre a relação do sujeito com a luta territorial urbana, sob o viés da educação, é perceber como a Geografia nas suas especificidades contribui no processo formativo. Dentro da perspectiva dos movimentos sociais urbanos, em específico o MTST, a dimensão do lugar, território e espaço é central para a discussão da cidade e suas desigualdades. O trabalho com esses sujeitos deve estar dimensionado neste sentido, de explorar com pressuposto nessas temáticas sob a lógica metodológica da educação popular, para tornar o processo de aprendizagem ativo.

O lugar no seu aspecto de mostrar as relações íntimas do sujeito com o espaço traz no seu cunho teórico o noção da construção da afetividade, palavra habitualmente utilizada entre os grupos que constroem uma resistência popular, é necessária a construção simbólica entre os sujeitos-lugar e entre os sujeitos-sujeitos, para que a ideia de solidariedade alinhada a ações coletivas possibilitem construir nos sujeitos a importância do debate da realidade vivenciada e de como ela também pode contribuir numa construção maior.

Com isso, um lugar se destaca e, por conseguinte, torna-se singular, a partir de sua maior ou menor capacidade técnica e de comunicação, por exemplo. À medida que o lugar apresenta uma estrutura funcional

adequada, tem-se a impressão de que o mundo necessariamente passa pelo lugar, de que os fluxos globais não só atravessam-no, como estabelecem com ele uma relação dialética. Neste sentido, é exatamente essa relação dos fluxos globais com as condições locais que produz o lugar na geografia crítica. Assim, o lugar é definido a partir das relações que mantém com a totalidade, a qual seria manobrada pelo movimento histórico do capitalismo. Desse modo, a especificidade do lugar mantém, então, uma ligação indissociável com o tempo histórico, na medida em que o significado do lugar se modifica à medida que o capitalismo se transforma. (BARTOLY, 2012, p. 68-69)

Para trazer a reflexão do espaço dentro da perspectiva de organização social é importante entendermos que esse conceito, no ponto de vista da Geografia Crítica, é essencial para remontar o entendimento onde os sujeitos exercem o papel de atuantes nas suas realidades, Côrrea (2000) trabalha na dimensão que ao longo do tempo houve uma negligência por parte de diversos autores para definição e análise espacial. Segundo o autor, somente na obra de Lefévre (1976) apud Côrrea (2000) há uma relação do espaço como papel ou função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema.

Na obra de Côrrea é pontuado a contribuição de Santos (1977) para entender a concepção de espaço social, que dentro da concepção desta pesquisa, é uma das menções importantes de definição do espaço tendo em vista que a formação socioespacial está diretamente correlacionada com a concepção de cidades desiguais, já que não poderíamos dissociar a conformação desse espaço com os fatores socioeconômicos de produção das cidades desiguais.

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado; o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial. (CÔRREA, 2000, p. 26-27)

O território para a Geografia exerce uma função reguladora na discussão dos lugares, pois na dinâmica deste conceito é trabalhado uma série de aspectos nos debates dos conflitos que percebemos na cidade, ao longo do tempo o conceito de território foi e é atribuído com a relação de poder que percebemos nos espaços. Dentro da lógica desta pesquisa a dimensão de organização da sociedade baseado no poder influencia na organização deste no espaço, a partir, das influências da organização da sociedade baseada nas classes sociais, onde, os agentes que atuam na cidade influenciam a sua manutenção desigual.

Quanto ao território, já se viu que este se define de dois ingredientes, o espaço e o poder. O autor do presente ensaio não crê, por outro lado, que o poder – qualquer poder- possa prescindir de uma base ou de um referencial territorial, por mas rarefeita que seja essa base, por mais indireto ou distante que parece esse referencial [...] Seria, com efeito, por demais repetitivo insistir aqui sobre a relevância instrumental do território, entendendo-se o poder acima de tudo como dominação e Estado – como heteronomia. Mas, se mudar de perspectiva, poder-se-á verificar que também em uma coletividade autônoma, radicalmente democrática, o exercício do poder dessa coletividade, sejam as diferenciações internas da sociedade [...] Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e nessa qualidade, indispensável fator autonomia. (SOUZA, 2000, p. 106-108)

O trabalho na dimensão de discutir o território adquire o cunho de traçar as relações de poder existentes nos territórios e de como efetivamente podemos observar as interferências sob uma visão de interesses particulares de determinados agentes sociais. Quando percebemos que em determinados territórios temos a ocorrência de especulação por parte de alguma empresa, quando a própria dinâmica dos moradores faz surgir aparecimentos de pequenas formas de exclusão, como a construção de determinadas casas e x local, ou até mesmo o mapa da violência que distribui os bairros dentro da lógica das forças das facções, podem ser temas para a discussão de territorialidades que são construídas a nível local.

Santos (2000) traz uma conceituação que contribui no entendimento do trabalho com uso do território na análise social, para que a pauta territorial não seja apenas fragmento da discussão do acesso à cidade, que é o *território usado*, que na sua concepção habilita uma visão de uma totalidade na medida que nos revela a estrutura global da sociedade e ao mesmo tempo sua complexidade e do seu uso nos espaços.

Quando o esquema interpretativo da sociedade, próprio à nossa província do saber dá conta da realidade concreta em sua totalidade, ele pode ser o fundamento da construção de um discurso novo para ação política dos atores sociais responsáveis por sua prática, tais como partidos políticos, movimentos sociais, instituições etc. Um discurso socialmente eficaz pode ser o conteúdo, a base de intervenções “sistêmicas” na sociedade, em diferentes níveis do exercício da política entre os quais o mais abrangente seria a contribuição para a elaboração de um projeto nacional, comprometido com a transformação da sociedade em benefício da maioria da população do país. (SANTOS, 2000, p. 107-108)

O uso social da discussão do território, numa perspectiva geográfica, revela que a Geografia contribui na construção do conceito ao mesmo tempo que gera a discussão que faz parte do seu cunho teórico e conceitual, a amplitude da discussão com a temática

demonstra a riqueza que pode ser dimensionada com o trabalho social na formação dos sujeitos socialmente ativos e/ou em processo formativo.

Os três conceitos mencionados foram direcionados nas entrevistas para os militantes do MTST e, também, para a percepção do educador popular que atua no MEB. acerca das discussões destas temáticas dentro da lógica da construção política nas lutas territoriais, serão demonstrados através de gráficos quais as percepções dos sujeitos que atuam diretamente com a luta territorial, em reconhecer a importância destes conceitos para auxílio nas lutas e principalmente na formação sociopolítica dos cidadãos.

A questão direcionada foi no que tange ao pensamento dos aspectos geográficos, dentre os itens pontuados, quais você indica que auxiliam na luta pelo direito a cidade. A direção foi uma escala 1 a 10, sendo que 1 indica nenhuma importância e 10 para muita importância para a organização.

Sobre a importância da discussão do lugar nas lutas territoriais, 8 dos 9 entrevistados, pontuam que é muito importante a discussão do lugar para pensar as lutas na cidade. 1 participante indicou na escala o número 8 para indicar a importância do lugar para discussão pontuada.

No que diz respeito a contribuição do conceito de território, 6 participantes indicaram 10 (muito importante) para a pensar a luta na cidade, 1 indicou na escala 9 com o nível de importância e 2 indicaram o número 8 como nível de importância.

Quanto ao conceito de espaço geográfico 7 entrevistados indicaram 10 na escala de importância de discussão nas lutas, 1 participante indicou 9 na mesma escala e 1 participante pontuou 7 na escala de relevância de discussão.

De forma geral, percebemos que a maioria dos entrevistados percebe a importância dos 3 conceitos-chaves da Geografia para auxílio nas discussões de luta urbana e no pensar de um novo modelo de cidade.

Alinhada a discussão dos conceitos temos a formação cidadã, que traz a possibilidade de discutir a atuação desses sujeitos na sociedade, sob a perspectiva do trabalho territorial. Formar homens e mulheres cientes das suas funções sociais e conhecedores dos direitos faz brotar dentro da lógica da organização de movimentos sociais, sujeitos ainda mais ativos, tendo em vista que para alcançar os indivíduos para as organizações ainda é um processo que precede diversos preconceitos e desconhecimento das suas atividades. Sempre também dialogando com a temática dos Direitos Humanos.

Através da construção realizada do trabalho dos movimentos sociais para pensar a cidade, é importante também, a partir, do olhar geográfico trazer algumas reflexões de

discussões que podem ser construídos para auxiliar na formação, pensando e refletindo junto aos sujeitos sobre a sua atuação na sociedade, importante pontuar que a tabela foi realizada, a partir de vivências anteriormente percebidas junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Abaixo, mencionaremos as principais temáticas trabalhadas pelos movimentos sociais urbanos, trazendo a colaboração de como a Geografia pode trabalhá-los sob o viés da formação cidadã como perspectiva de contribuir na luta, baseada numa pedagogia libertadora.

Como nasce a cidade desigual?	Trabalhar a dimensão histórica da cidade com os sujeitos alinhando dentro desse aspecto, onde eles estão inseridos. <ul style="list-style-type: none"> • Onde você acha que a nasce a desigualdade? • Por que a cidade se tornou desigual? • Quais os fatores que contribuíram para ela se tornarem segregada?
Reprodução de modelos	Discutir com o grupo o que contribui para esse modelo de sociedade ter se perpetuado por tanto tempo. <ul style="list-style-type: none"> • Quais são as ferramentas que a sociedade utiliza para a continuidade desse modelo? • Dentro da comunidade, onde podemos verificar isso? • O que pode ajudar para a quebra de modelos desiguais?
Importância dos agentes sociais para pensar a cidade	Verificar junto ao coletivo como os diversos grupos da sociedade contribuem para a sua mudança ou manutenção. <ul style="list-style-type: none"> • Quem são os principais agentes que fazem a sociedade? • Quanto cada grupo pode modificar o espaço em que vivemos? • E você, e seu coletivo como contribui para esse processo? Contribuem para a sua mudança ou manutenção? • Quem tem mais força nesse processo? As forças podem ser invertidas?
Importância do Movimento para a transformação da cidade	Buscar valorar o processo das lutas para a transformação da cidade. <ul style="list-style-type: none"> • Qual a função do seu movimento para pensar uma “nova” cidade? • Como sua atuação permite que a sua realidade seja mudada? • O que você já percebe de mudança no seu meio, após a discussão da cidade com o Movimento?
Educação popular na contribuição para pensar a cidade	Trabalhar junto dos sujeitos o papel da educação na organização. <ul style="list-style-type: none"> • Você consegue ver relação entre a educação e a luta territorial? • Qual a importância da educação popular na luta pelo direito à cidade? • Como a educação pode de fato contribuir na sua luta?

Geografia e luta territorial	<p>Verificar os conhecimentos geográficos dentro da pauta do direito a cidade.</p> <ul style="list-style-type: none">• Você acha que o conhecimento geográfico está presente na sua luta?• Como você acredita que podemos perceber a discussão da geografia para construir a resistência na cidade?• A geografia traz temas importantes para pensar a cidade? Se sim, quais?• Quais outros temas podemos trabalhar para contribuir nesse processo?
------------------------------	---

5 PARA NÃO CONCLUIR

Ao chegarmos ao final deste trabalho, consideramos que o processo até aqui construído não permite que respondamos em definitivo as questões a princípio direcionadas, mas possibilita que tenhamos uma percepção mais ampla acerca de como o processo que consolida a maioria das cidades latino-americanas, sobretudo, as brasileiras em cidades desiguais termina por potencializar a existência de grupos que serão socialmente excluídos no acesso de direito e as políticas sociais, com isso, haverá uma série de enfrentamentos sociais na busca de minimizar os grandes contrastes presentes nas cidades.

As estratégias de organização destes grupos, de forma mais específica a formação política, fazem com que as lutas territoriais sejam enfrentadas com o entendimento, por parte do Movimentos, que as relações de opressão e segregação estão associadas a produção de modelos que são resultado da própria dinâmica do sistema capitalista, tendo a luta territorial além de combater as políticas de desigualdades, o modelo de sociedade construído historicamente a finalidade da luta pela garantia do direito à cidade, na busca pela reforma urbana, sendo este o objetivo central das lutas dos Movimentos cidadãos.

A educação popular e a Geografia servem como aporte para que a percepção do espaço e do território sejam correlacionados com o processo da luta, onde os sujeitos vejam sua posição no mundo de maneira crítica e relacional. Com a experiência do MTST podemos pontuar que para o processo de formação na luta pelo direito à cidade é imprescindível a presença de métodos de uma educação libertadora, tendo em vista que a formação através da educação é um fio condutor para grupos organizados e cientes do processo exclusão social gerada quase que de forma natural no sistema atual.

A Geografia aparece como a discussão central na organização das lutas pelo território, porque além do conhecimento para responder de ‘qual cidade falamos’ é necessário entender as relações construídas socialmente nesses espaços e as transformações que serão produtos destes processos. O uso de conceitos geográficos por vezes não aparece de forma explícita dentro da lógica da urgência da luta, mas a sua permanência no sentido de compreender o meio é inevitável. Vemos isso nos discursos de grande parte da militância, cabe a Geografia também adentrar cada vez mais na discussão, tendo os sujeitos atuantes como figura central para verificação e entendimento da fluidez dos conceitos e se preciso redefini-los.

Quanto ao método foi percebido que devido ao contexto de pandemia limitou bastante a ampliação da verificação e obtenção de dados, tendo em vista que nesse período

temos um avanço desmedido da pobreza nas cidades brasileiras, que apesar de diversos Movimentos não cessarem as lutas, como em ações de minimizar a fome nas grandes cidades, há um recuo natural nas articulações de lutas amplas e de grande alcance, inviabilizando o contato direto com os militantes. Nessa fase a eucaristia e a fome somados a falta de vacina para a população brasileira acaba sendo uma das principais pautas de articulação destes grupos.

Buscamos verificar a atuação em um período anterior ao avanço da COVID-19, na busca de entender o processo que veio sendo construído no histórico de atuação, a cidade se transforma a cada nova demanda e mudança substancial, precisamente este trabalho pôde estabelecer relações entre os temas comentados, dentro da data de sua publicação, mas precisamos acompanhar as transmutações que surgirão, no que diz respeito a novas realidades e combates entre as classes presentes nesses novos contextos, pontuamos que enquanto a sociedade dedicar-se em gerir uma cidade pautada na desigualdade haverá a presença dos atores que reivindicuem o direito de acesso a ela.

Acreditamos que foi necessário abordar onde estão as raízes das desigualdades, trazendo a discussão da cidade por intermédio dos componentes históricos, pois para construir estratégias de gerir grupos para combater modelos se faz necessário o conhecimento das reorganizações que vieram, até na forma de entender a dinâmica e a produção das cidades capitalistas. A educação popular e a própria Geografia devem ser consideradas aliadas na atuação para emancipar homens, mulheres e crianças, pois trazem na sua essência a responsabilidade de responder e atender as demandas da sociedade atuando conjuntamente com estes Grupos para a busca do mundo novo.

O trabalho foi desenhado conforme os anseios de quem o escreve, temos que ter uma Geografia ao lado do povo como intermédio de liberdade, para que tenhamos a garantia do olhar e o compromisso social, que do ponto de vista da pesquisa é indispensável para qualquer ciência que busque trazer discussões para melhorar e desenvolver a vivência em sociedade de maneira harmoniosa entre os pares e o meio e com justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.
- BARTOLY, Flávio, **Debates e perspectivas do lugar na geografia**. Geografia – Universidade Federal Fluminense; Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2012.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier, **Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias**. 2005, trabalho: 28ª Reunião Anual da Anped
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- BOULOS, Guilherme Castro. **Por que ocupamos?** São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRUNO, Thiago, **MTST ocupa latifúndio na periferia de Fortaleza (CE)** (O acampamento é formado por famílias que viviam em áreas de risco, favelas, casas de parentes e na rua). Brasil de Fato. Especial para o Brasil de Fato | Fortaleza. Maio 2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/25/mtst-ocupa-latifundio-na-periferia-de-fortaleza-ce> > Acesso em 03 abril. 2021
- CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica para a formação cidadã**. Revista de Geografia Norte Grande, 70: 9-30. 2018
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografa escolar e a cidade Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP; Editora Papirus, 2008.
- _____. **Elementos de uma proposta de ensino de geografia no contexto da sociedade atual**. Boletim Goiano de Geografia. 13(1)65-82, jan/dez. 1983.
- _____. Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino. In: Cavalcanti, L. A. **Escola, geografia e construção de conhecimentos**. Campinas, SP. Papirus: 1998. Pp 87-136.
- CORRÊA, Roberto Lobato, CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e temas**. – 2º ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Região e organização espacial**. São Paulo. Ed. Ática, 2000.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX**. Revista do Instituto do Ceará. 2014

DALBERIO, Osvaldo, DALBERIO, M. C. **Metodologia científica: Desafios e caminhos** – São Paulo Paulus, 2009. – (Coleção educação superior)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista nera – ano 8, n. 6 – Janeiro/junho de 2005.

FREIRE, Paulo, **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1980.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun.1995.

GOLRELIK, Adrián, **A produção da “cidade latino-americana”**, “Redes intelectuais e história social da cultura”, 12-13 ago. 2003, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2003

GOMES, Paulo Cesar da Costa, **O conceito de região e sua discussão**. In CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. – 2º ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América latina**. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.o 3 – ano 3, Maio de 2006

HARVEY, David. **“The Right to the City”**. International Journal of Urban and Regional Research, v. 27, n. 4, 2003.

JACOBI, P. **Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80**. BIB. Rio de Janeiro, n. 23, p.p. 18-34, I o sem. 1987.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**, 5 ed. Tradução Rubens Eduardo Frias; São Paulo Centauro, 2001.

MONROE, Paul, História da Educação; nova tradução e notas de Idel Becker. 13º Ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1987.

MORAES, A, C. Território e história no Brasil. São Paulo, Ed. Annablume, 5, ed. 2005

MORETTI, Cheron Zanini. ADAMS, Telmo. **Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Movimentos Sociais urbanos: Um breve histórico**. Cadernos de Campo, n,6. 1999.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **Tendências teórico-metodológicas e suas influências nas pesquisas acadêmicas sobre o ensino de geografia no Brasil.** Terra Livre, Goiânia. Ano 21, v 1 n. 24, p. 177-191. 2005

PONTUSCHKA, N.; PAGANELLI, T. CACETE, N. **Para ensinar e aprender geografia.** Cortez Editora: São Paulo, 2017.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A formação geográfica e pedagógica do professor, In: Silva, J. B. LIMA, L. C. e DANTAS, E. W. C. (orgs). **Panorama de geografia brasileira 2,** São Paulo: Annablume, 2006.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** Editora Global. 2015

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 2008

SANTOS, Milton. **O papel ativo da Geografia - um manifesto.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n" 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza.** – Fortaleza: Multigral Editora, 1992.

SILVA, William. **Reflexões em torno do urbano no Brasil.** In Cidade e campo relações e contradições entre o urbano e o rural. SPOSITO Maria, WHITACKER, Arthur (organizadores) – 2.ed. –São Pulo Expressão Popular, 2010.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história luta organização e esperança nas periferias do Brasil.** São Paulo (SP). Autonomia Literária, 2017.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.